GABRIEL FERREIRA DA FONSECA

**Inclusão e exclusão no Sistema Financeiro Habitacional:
uma reconstrução das tensões entre direito e economia a partir da teoria dos sistemas**

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Rafael Diniz Pucci

Coorientador: Prof. Dr. Alfons Bora

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

GABRIEL FERREIRA DA FONSECA

**Inclusão e exclusão no Sistema Financeiro Habitacional:
uma reconstrução das tensões entre direito e economia a partir da teoria dos sistemas**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Diniz Pucci e a coorientação do Prof. Dr. Alfons Bora.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

**Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

Fonseca, Gabriel Ferreira da

Inclusão e exclusão no Sistema Financeiro Habitacional: uma reconstrução das tensões entre direito e economia a partir da teoria dos sistemas / Gabriel Ferreira da Fonseca. – São Paulo : USP / Faculdade de Direito, 2019.

320 p. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientador: Rafael Diniz Pucci.

Coorientador: Alfons Bora.

Notas de rodapé.

Inclui bibliografia.

1. Sistema Financeiro da Habitação. 2. Direito e Economia. 3. Direito à Moradia. 4. Teoria dos Sistemas Sociais. 5. Sociologia Jurídica. I. Pucci, Rafael Diniz, orient. II. Bora, Alfons, coorient. III. Título.

AGRADECIMENTOS

A presente tese de doutorado é resultado de períodos de isolamento para a leitura, reflexão e escrita, mas também de diversos momentos de diálogo, escuta e observação.

Em espaços acadêmicos, o trabalho contou com a atenção e a colaboração de muitos amigos, colegas, professores e instituições. Tive inúmeras oportunidades para expor as minhas ideias e receber críticas, comentários e sugestões. Esses momentos foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e para o meu amadurecimento como pesquisador.

Além disso, o tema da pesquisa levou-me a entrar em contato com profissionais que atuam, direta ou indiretamente, no Sistema Financeiro da Habitação brasileiro, como juízes, advogados e representantes de movimentos sociais, bancos, construtoras e incorporadoras imobiliárias. Busquei também conversar com “cidadãos comuns” sobre as suas experiências com questões relacionadas à moradia, como o financiamento habitacional, a autoconstrução da habitação, a urbanização de favelas etc. A generosidade dessas pessoas foi decisiva para a formação da minha compreensão sobre as questões políticas, jurídicas, econômicas e sociais subjacentes ao tema da pesquisa.

Impossível agradecer individualmente a cada um dos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho. No entanto, nas linhas a seguir assumirei o risco de nomear algumas instituições, professores, colegas e amigos que foram determinantes para os eventuais resultados positivos deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Rafael Diniz Pucci pela orientação cuidadosa e pelas várias oportunidades de discussão acadêmica, bem como pelos convites para a participação em atividades de estágio docente e extensão universitária. Os desafios e as sugestões propostas pelo Professor durante a revisão do projeto de pesquisa e ao longo de todo o desenvolvimento do trabalho foram fundamentais para a minha formação acadêmica e para os resultados alcançados pela pesquisa. Agradeço também ao Professor pelo constante estímulo ao fortalecimento metodológico e à internacionalização da pesquisa, bem como à busca de financiamentos que permitissem a minha dedicação integral à empreitada que resultou na presente tese.

Em seguida, devo agradecimentos ao coorientador deste trabalho, Professor Alfons Bora, com quem mantive contínua interlocução acadêmica por e-mail durante todo o período da pesquisa de doutoramento. O Professor recebeu-me como pesquisador

visitante em duas oportunidades na Universidade de Bielefeld (Alemanha): entre meados de setembro e meados de dezembro de 2017 e entre abril e julho de 2018, por um período total de sete meses. Além de agendar reuniões individuais de orientação, o Professor concedeu-me a oportunidade de ter produtivas discussões acadêmicas com professores e colegas da *Facultät für Soziologie* (em sua unidade de pesquisa sobre Direito e Sociedade) e da *Bielefeld Graduate School in History and Sociology*.

Também agradeço ao Professor Celso Fernandes Campilongo pelas inúmeras oportunidades de diálogo acadêmico e sugestões de leitura, bem como pelo apoio dado às minhas pesquisas ao longo dos últimos anos. O contato constante com o Professor e seus orientandos desde o curso de Mestrado, quando tive a oportunidade de receber a sua orientação, foi fundamental para o ajuste das lentes teóricas e metodológicas adotadas no presente trabalho. Sou muito grato ao Professor, ainda, pelo apoio dado à internacionalização desta pesquisa.

A tese também contou com as leituras, comentários e sugestões dos Professores Orlando Villas Bôas Filho e Luiz Guilherme Arcaro Conci, que integraram a banca do meu Exame de Qualificação. As sugestões que recebi nessa etapa da pesquisa, bem como em oportunidades anteriores de interlocução acadêmica, contribuíram decisivamente para os ajustes, recortes e aprofundamentos dados à pesquisa.

As disciplinas cursadas na Universidade de São Paulo (USP) durante o curso de Doutorado foram especialmente relevantes para o desenvolvimento deste trabalho. Além dos Professores já mencionados, dois outros merecem especial agradecimento: José Eduardo Faria (Faculdade de Direito) e Laurindo Dias Minhoto (Faculdade de Sociologia). Alguns dos caminhos tomados pelo trabalho certamente se devem à influência das disciplinas desses Professores no início da pesquisa.

Durante o estágio sanduíche na Alemanha, a disciplina ministrada pelo Professor Chris Thornhill (Universidade de Manchester), Professor Visitante da Cadeira Niklas Luhmann na Universidade de Bielefeld em 2018, também foi particularmente relevante para os rumos da pesquisa.

Agradeço também à Professora Luciana de Oliveira Royer por ter aceitado a minha participação como ouvinte em algumas aulas da sua disciplina na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP e possibilitado o acesso à rica bibliografia do seu curso. A Professora também teve a generosidade de receber-me no Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) da FAU-USP para uma reunião sobre a minha pesquisa – diálogo que resultou em importantes ajustes no trabalho.

Também tive valiosas oportunidades de discussão de partes deste trabalho com os Professores Fernando Rister de Sousa Lima (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Willis Santiago Guerra Filho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Esses Professores abriram espaço em suas agendas para discutir a estrutura do trabalho e me estimularam a seguir em frente no desenvolvimento da pesquisa.

Devo agradecer especialmente, ainda, aos amigos e colegas Frederico Costa, Vinicius Azevedo, Marco Barros, Max Bandeira, Gabriel Salles, Paulo Damascena, Daniel Steinberg, Luciana Gambi, Douglas Elmauer, Edvaldo Moita, Adriana Mattos, Santiago Calise, Carlo Principe, Natalia Rebello, Daniel Flores, Lucas Barrios, Rafael d'Ávila, Caio Santiago, Bruno Moitinho, Laís Furtado, Matteo Finco, Fernando Bezzi, Andréa Ribeiro e Iderval Miranda. Com eles, e com muitos outros amigos e colegas, debati partes deste trabalho ao longo das diversas etapas da pesquisa. As suas críticas e sugestões, seja em relação ao conteúdo, seja em relação à forma de apresentação, foram bastante enriquecedoras para o trabalho.

Em relação às instituições, devo agradecimentos especiais à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DAAD). Duas bolsas da CAPES foram muito importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. A Bolsa CAPES-Proex permitiu a minha dedicação integral à pesquisa ao longo do curso de Doutorado. Já a Bolsa de Doutorado Sanduiche foi fundamental para a internacionalização deste trabalho (fui bolsista da Capes/ Programa Doutorado CAPES/CNPq/DAAD/ Processo nº 88887.161396/2017-00). Por fim, um auxílio de pesquisa de curta duração oferecido pelo DAAD também foi decisivo para as minhas interlocuções acadêmicas na Alemanha.

A Universidade de São Paulo e a Universidade de Bielefeld foram as principais instituições que me acolheram durante esta pesquisa, razão pela qual agradeço a cada um dos professores, funcionários e colegas que propiciaram ambientes férteis para as discussões e reflexões que resultaram neste trabalho.

Agradeço, ainda, àquelas que são as pessoas mais importantes para mim: meus pais, familiares e amigos. A eles agradeço por todo o imenso apoio no plano pessoal, sem o qual muito pouco seria possível na esfera acadêmica.

Por fim, destaco que, evidentemente, embora eu seja muito grato às inúmeras pessoas e instituições que me ajudaram e estiveram comigo nesta caminhada, a responsabilidade pelas eventuais falhas do trabalho é integralmente minha. Com essas pessoas e instituições eu apenas divido os possíveis acertos.

FONSECA, Gabriel Ferreira da. **Inclusão e exclusão no Sistema Financeiro Habitacional: uma reconstrução das tensões entre direito e economia a partir da teoria dos sistemas**. 2019. 320 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Com carinho, dedico este trabalho aos meus pais.

“As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. [...] Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.” (JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014)

RESUMO

FONSECA, Gabriel Ferreira da. **Inclusão e exclusão no Sistema Financeiro Habitacional: uma reconstrução das tensões entre direito e economia a partir da teoria dos sistemas**. 2019. 320 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho adota o referencial da teoria dos sistemas de autores como Niklas Luhmann com a finalidade de responder ao seguinte problema de pesquisa: a crise de intervenção política e jurídica nas diversas esferas da vida social, e especialmente na área da moradia, conduz a uma substituição da lógica da cidadania e dos direitos sociais pela lógica do mercado e do consumo como caminho de inclusão social? Para tanto, realizou-se um estudo de caso sobre o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) brasileiro, em razão das múltiplas nuances associadas à ideia de inclusão/exclusão social e à relação entre direito e economia que ele permite observar. Adotamos uma abordagem de inspiração sociolinguística para alargar o potencial empírico da teoria dos sistemas e reconstruir criticamente os discursos produzidos em torno do financiamento habitacional na sociedade moderna. Com isso, foi possível identificar e redescrever as tensões entre direito e economia a partir da análise da literatura e dos documentos associados ao financiamento habitacional, bem como do conteúdo de entrevistas semiestruturadas. A partir do referencial teórico sistêmico e da realidade brasileira, as operações de financiamento habitacional foram descritas como relacionadas primariamente à função do sistema da economia e à atividade dos bancos, apesar dos muitos contatos que mantêm com os sistemas da política e do direito. Em seguida, abordamos a dimensão mundial do SFH enfatizando os reflexos dos movimentos de globalização da economia e do direito (e suas tensões) nos discursos produzidos por posições sociais como as *organizações político-econômicas globais* e as *organizações político-jurídicas globais*. Após isso, retornamos à realidade brasileira com o objetivo de identificar as tensões entre direito e economia em discursos no âmbito nacional, notadamente por meio da observação de posições sociais como as *organizações político-econômicas locais* e as *organizações político-jurídicas locais*. Nesse caminho, o trabalho conclui que, no âmbito do SFH, há uma aproximação entre a lógica da efetivação da cidadania e dos direitos sociais, típica de um Estado de Bem-Estar, e a lógica do fortalecimento do mercado e do consumo, característica do Estado Neoliberal. As tensões entre essas duas lógicas ditam o tom das tentativas de inclusão social focadas no acesso à moradia no Brasil.

Palavras-chave: Sistema Financeiro da Habitação. Direito e Economia. Direito à Moradia. Teoria dos Sistemas Sociais. Sociologia Jurídica.

ABSTRACT

FONSECA, Gabriel Ferreira da. **Inclusion and exclusion in the Brazilian Housing Finance System: a reconstruction of the tensions between law and economy based on the systems theory**. 2019. 320 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This work adopts the systems theory's theoretical framework of authors such as Niklas Luhmann in order to answer the following question: does the political and legal interventions' crisis in different spheres of social life, and especially in the housing area, lead to the replacement of the citizenship and social rights' logic by the market and consumption logic as a way of social inclusion? I developed a case study regarding the Brazilian Housing Finance System (*SFH*) because of the many nuances associated with the idea of social inclusion/exclusion and the relation between law and economy it is possible to observe in that area. It was adopted a sociolinguistic-inspired approach in order to enlarge the empirical potential of the systems theory and to critically reconstruct the discourses about the housing finance in the modern society. Thus, I identified and described the tensions between law and economy by conducting a literature review, a documentary analysis as well as some semi-structured interviews. As a result, based on the systems theory and the Brazilian reality, the housing finance's operations were described as primarily related to the economic system's social function and to the banks activities, despite the many contacts they maintain with the political and legal systems. Then, I approached the world dimension of the *SFH* and observed the reflexes of economic and legal globalization movements (and their tensions) on the discourses produced by social positions such as *global political-economic organizations* and *global political-legal organizations*. Afterward, I returned to the Brazilian reality in order to identify the tensions between law and economy in the national level's discourses, mainly through the observation of social positions such as *local political-economic organizations* and *local political-legal organizations*. In this way, the work concludes that, in the *SFH* area, there is a convergence between the logic of citizenship and social rights' concretization, which is typical of the Welfare State, and the logic of market and consumption's growth, which is representative of the Neoliberal State. The tensions between these two logics dictate the tone of social inclusion's attempts focused on the housing access in Brazil.

Keywords: Housing Finance System. Law and Economy. Right to Housing. Social Systems Theory. Sociology of Law.

RIASSUNTO

FONSECA, Gabriel Ferreira da. **Inclusione ed esclusione nel sistema di finanziamento abitativo: una ricostruzione delle tensioni fra diritto ed economia a partire dalla teoria dei sistemi**. 2019. 320 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Il presente lavoro adotta la teoria dei sistemi, elaborata da autori quali Niklas Luhmann, al fine di rispondere al seguente problema: la crisi dell'intervento politico e giuridico nei vari ambiti della vita sociale, specialmente in quello relativo alla questione abitativa, conduce al passaggio dalla logica della cittadinanza e dei diritti sociali a quella del mercato e del consumo, quale via per l'inclusione sociale? Per rispondere a tale domanda, è stato affrontato un caso di studio riguardante il sistema brasiliano di finanziamento abitativo (*SFH*), in ragione delle molteplici sfumature associate all'idea di inclusione/esclusione sociale e della relazione tra diritto ed economia che esso consente di osservare. È stato adottato un approccio di ispirazione sociolinguistica al fine di ampliare il potenziale empirico della teoria dei sistemi e di ricostruire criticamente i discorsi prodotti nella società moderna sul tema del finanziamento abitativo. Si è così potuto identificare e ridescrivere le tensioni tra diritto ed economia, a partire dall'analisi della letteratura e dei documenti riguardanti il finanziamento abitativo, e da quella relativa al contenuto delle interviste semi-strutturate. A partire dall'approccio teorico sistemico e dalla realtà brasiliana, le operazioni relative al finanziamento abitativo sono state descritte in quanto correlate primariamente alla funzione dell'economia e all'attività delle banche, nonostante i numerosi contatti da esse mantenuti con i sistemi della politica e del diritto. Successivamente si è affrontata la dimensione globale del *SFH*, enfatizzando i riflessi della globalizzazione dell'economia e del diritto (e le tensioni conseguenti) nei discorsi prodotti da posizioni sociali quale quelle delle *organizzazioni politico-economiche globali* e delle *organizzazioni politico-giuridiche globali*. In seguito si è tornati alla realtà brasiliana con l'obiettivo di identificare le tensioni tra economia e diritto nei discorsi di livello nazionale, in particolare attraverso l'osservazione di posizioni sociali come quelle delle *organizzazioni politico-economiche locali* e delle *organizzazioni politico-giuridiche locali*. In tal modo, questo lavoro permette di concludere che, nell'ambito della *SFH*, si rinviene un'approssimazione tra la logica dell'effettivizzazione della cittadinanza e dei diritti sociali, tipica dello *Welfare State*, e la logica del rafforzamento del mercato e dei consumi, caratteristica del Stato neoliberale. Le tensioni tra queste due logiche dettano il tono dei tentativi di inclusione sociale focalizzati all'accesso all'abitazione in Brasile.

Parole chiave: Sistema di finanziamento abitativo. Diritto ed economia. Diritto all'abitazione. Teoria dei sistemi sociali, Sociologia del diritto.

LISTA DE SIGLAS

ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ABRAINC	Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
ADEMI	Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário
APE	Associação de Poupança e Empréstimo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CDESC	Comitê para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB	Companhia Habitacional
DPU	Defensoria Pública da União
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FCP	Fundação da Casa Popular
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
HMP	Habitação Mercado Popular
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITDE	Instituto Tendências de Direito e Economia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LIG	Letra Imobiliária Garantida

MBC	Movimento Brasil Competitivo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAR	Programa de Arrendamento Parcial
PCB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIS	Programa de Integração Social
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
RET	Regime Especial de Tributação
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECOVI-SP	Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo
SCI	Sociedade de Crédito Imobiliário
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
STJ	Superior Tribunal de Justiça
ULC	Unificação das Lutas de Cortiços
UMM-SP	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 SELEÇÕES METODOLÓGICAS	35
2.1 TEORIA DOS SISTEMAS E POTENCIAL CRÍTICO.....	47
2.2 TEORIA DOS SISTEMAS E POTENCIAL EMPÍRICO.....	57
2.3 TEORIA DOS SISTEMAS E SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	72
3 FINANCIAMENTO HABITACIONAL COMO FONTE DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO ...	81
3.1 A HABITAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA DOS BANCOS.....	104
3.2 A HABITAÇÃO NOS SISTEMAS DA POLÍTICA E DO DIREITO	111
4 FINANCIAMENTO HABITACIONAL E SOCIEDADE MUNDIAL.....	121
4.1 GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E PERIGOS GLOBAIS	133
4.2 GLOBALIZAÇÃO JURÍDICA E SOLUÇÕES GLOBAIS	149
5 FINANCIAMENTO HABITACIONAL NA REALIDADE BRASILEIRA	159
5.1 POLÍTICAS NEOLIBERAIS E SETOR EMPRESARIAL.....	184
5.2 POLÍTICAS SOCIAIS E MOVIMENTOS DE MORADIA	212
5.3 TENSÕES ENTRE DIREITO E ECONOMIA NOS TRIBUNAIS.....	250
6 CONCLUSÃO.....	273
REFERÊNCIAS	283
APÊNDICE A – Roteiro de perguntas – setor da construção civil	311
APÊNDICE B – Roteiro de perguntas – movimentos sociais	315
APÊNDICE C – Roteiro de perguntas – setor financeiro.....	317
APÊNDICE D – Roteiro de perguntas – Poder Judiciário	319

1 INTRODUÇÃO

Cerca de um em cada dez brasileiros convivem com ao menos um dos seguintes tipos de *inadequação* nas condições de moradia: i) ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo; ii) paredes externas construídas predominantemente com material não durável; iii) adensamento excessivo (mais de três moradores por dormitório); iv) ônus excessivo com aluguel (igual ou superior a 30% do rendimento domiciliar). Os quatro tipos de *inadequação* impactam em maior proporção os pretos ou pardos e a parcela mais jovem da população¹, que também são aqueles mais afetados pela violência letal² e pelo encarceramento em massa³ no país.

O *déficit* habitacional no Brasil atinge a soma de 6,355 milhões de domicílios, o que corresponde a 9,3% do estoque de domicílios particulares permanentes e improvisados do país. Esse problema está presente, principalmente, nas áreas urbanas (87%) e, em valores absolutos, nas regiões Sudeste (39%) e Nordeste (31%). Os maiores déficits

¹ Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, 13% da população brasileira convivia com a presença de ao menos uma das referidas *inadequações*. No entanto, essa proporção sobe para 15,8% quando são considerados apenas os homens pretos ou pardos, e para 16% quando são consideradas apenas as mulheres pretas ou pardas. Na faixa etária de 0 a 14 anos de idade a proporção dos afetados por pelo menos um daqueles problemas sobe para 21,2%, e para 15,1% quando se observa a faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Por fim, quando se considera o tipo de arranjo familiar, percebe-se que o percentual sobe para 26,2% quando se considera apenas as mulheres sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos, e para 28,5% quando se considera apenas as mulheres pretas ou pardas sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018).

² Consoante os dados do Ministério da Saúde sistematizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2016, o Brasil atingiu a marca histórica de 62.517 homicídios, que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes (30 vezes superior à taxa da Europa, conforme dados da Organização Mundial da Saúde). Enquanto a taxa de homicídio para a população negra (pretos e pardos) é de 40,2, o restante da população apresenta a taxa de 16. Desse modo, 71,5% das pessoas assassinadas no país são pretas ou pardas. Considerando a faixa etária, verifica-se que, em 2016, foram assassinados 33.590 jovens (15 a 29 anos), sendo 94% deles do sexo masculino (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018).

³ Conforme o levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em junho 2016, o Brasil apresentou uma população prisional (726.712) bastante superior às vagas existentes no sistema prisional (368.049), o que representa um déficit de 358.663 vagas e uma taxa de ocupação média de 197,4%. Os negros (pretos e pardos) e jovens (entre 18 e 29 anos) estão marcados por uma sobrerrepresentação nesse sistema prisional. A população prisional é majoritariamente composta por pessoas negras (64%), que representam 53% da população brasileira. Em relação à faixa etária, os jovens, que representam 18% da população brasileira, correspondem a 55% da população prisional do país (BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: INFOPEN. Atualização – Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017).

habitacionais relativos estão nos estados do Maranhão (20%), Pará (15,3%), Amazonas (14,5%) e Roraima (14,2%).⁴

Como se pode constatar em uma breve análise das estatísticas oficiais, o direito social à moradia, formalmente reconhecido pelo artigo 6º da Constituição Federal brasileira como um direito fundamental, ainda está longe de ser plenamente exercido por um grande número de brasileiros.

Diante desse cenário, pode-se refletir sobre o papel do Estado (centro do sistema político) e dos tribunais (centro do sistema jurídico), com a ajuda do marco conceitual e metodológico da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. Ainda que de forma não linear, os referidos sistemas organizacionais, historicamente, contribuíram para a harmonização de objetivos e interesses aparentemente contraditórios, como: i) a ampliação de direitos civis, políticos e sociais dos trabalhadores (responsáveis pelo reconhecimento de uma “igualdade de base”); e ii) o desenvolvimento do sistema econômico capitalista (baseado na “liberdade” e na “desigualdade social legítima”).⁵

⁴ As Unidades da Federação com maiores déficits em valores absolutos são os seguintes: São Paulo (1,337 milhão), Minas Gerais (575 mil), Bahia (461 mil), Rio de Janeiro (460 mil) e Maranhão (391 mil). Contudo, os estados das regiões Sul e Sudeste apresentam os menores percentuais de déficit habitacional relativo: Rio Grande do Sul (5,8%), Paraná (7,5%), Rio de Janeiro (7,8%), Espírito Santo (8,0%) e Minas Gerais (8,1%). A Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (FJP), que desenvolve estudos com base nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), elaboradas pelo IBGE, tem sistematizado as “necessidades habitacionais” brasileiras a partir dos conceitos de “déficit habitacional” e “inadequação de domicílios”. O primeiro “indica a necessidade de construção de novas moradias para atender à demanda habitacional da população em dado momento.” Já o segundo não está relacionado “ao dimensionamento do estoque de moradias, mas sim às especificidades dos domicílios que prejudicam a qualidade de vida de seus moradores.” Essa escolha metodológica se justificaria devido ao fato de que nem sempre o enfrentamento do problema habitacional deve ocorrer por meio da construção de unidades habitacionais. Em muitos casos, seriam necessárias políticas voltadas para a melhoria dos domicílios já existentes. A partir dessa divisão, o *déficit habitacional* (urbano e rural) é subdividido em: i) *habitação precária* (domicílios rústicos e domicílios improvisados) – 942 mil (14,8%); ii) *coabitação familiar* (famílias conviventes e famílias residentes em cômodos) – 1,902 milhão (29,9%); iii) *ônus excessivo com aluguel urbano* (igual ou superior a 30% da renda familiar de até três salários mínimos) – 3,117 milhões (50%); iv) *adensamento excessivo de domicílios alugados* (número médio de mais de três pessoas por dormitório) – 332 mil (5,2%). Já a *inadequação de domicílios* é subdividida em: i) *carência de infraestrutura urbana* (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) – 7,225 milhões; ii) *adensamento excessivo de domicílios urbanos próprios* (número médio superior a três moradores por dormitório) – 1,025 milhão; iii) *ausência de banheiro exclusivo* – 213 mil; iv) *cobertura inadequada* – 834 mil; v) *inadequação fundiária urbana* – 1,871 milhão. No cálculo da *inadequação de domicílios* são considerados apenas os domicílios urbanos duráveis e não identificados como em situação de *déficit habitacional*. Além disso, ao contrário do caso do *déficit habitacional*, não é possível somar os componentes da *inadequação domiciliar*, já que os domicílios podem ser inadequados segundo mais de um critério (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018).

⁵ DE GIORGI, Raffaele. O futuro do trabalho e o seu direito. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 52-72, 2017. p. 56. Esse processo de inclusão é descrito por Parsons, com base nas obras de T. H. Marshall e John Rawls, como a aquisição da cidadania plena, que implicaria “a fundamental equality of rights – not equality in *all* senses, but in the sense in which we refer to the rights of membership status in the societal community.” Parsons adapta a análise de Marshall acerca da institucionalização dos direitos

A adoção de um “pisso” social mínimo, como componente da cidadania moderna, foi característica marcante das “sociedades industriais no século vinte.” Consoante Parsons, o estabelecimento do “‘pisso’ de renda e bem-estar aberto a todos os participantes na economia” seria não apenas compatível com o “individualismo competitivo” do capitalismo, mas também significaria uma “demonstração” de que o socialismo não era a única alternativa para a solução da questão da desigualdade e injustiça social.⁶

Essa ideia de cidadania representaria o equilíbrio entre os direitos individuais (valores liberais) e os direitos sociais (valores comunitários), servindo de ponte entre o “liberalismo”, que põe o foco de suas atenções no indivíduo, e o “comunitarismo”, que se concentra na “importância da comunidade”.⁷ Por um lado, manteve-se a possibilidade de qualquer um de “empenhar-se na luta econômica como uma unidade independente.” Por outro lado, gradualmente, abriu-se “o caminho do reconhecimento da cidadania e da atribuição dos relativos direitos”, tornando-o “sempre mais inclusivo.”⁸

No entanto, nas últimas décadas, parte das autodescrições da sociedade mundial destacou uma “trajetória de crise” do Estado de Bem-Estar, especialmente por meio do argumento da “falta de recursos”.⁹ No contexto dessa discussão, atenções dirigiram-se

civis, políticos e sociais, que caracterizariam o *status* de membro da comunidade nacional inglesa, para compreender a realidade norte-americana e, especialmente, dos negros nesta comunidade: “Unlike the Jews and Catholics, the Southern Negro has generally had to start his rise by acquiring the most elementary components of legal and political citizenship. Through court decisions and now increasingly through legislation, this part of the task of inclusion has progressed a long way toward accomplishment. The social component is another matter – inclusion in this area is just beginning to develop, and there is no doubt that it will prove the most difficult of the three processes.” (PARSONS, Talcott. Full Citizenship for the Negro American? A Sociological Problem. *Daedalus*, v. 94, n. 4, p. 1009-1054, 1965. p. 1009-1035).

⁶ PARSONS, Talcott. **The system of modern societies**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1971. p. 110-111.

⁷ MANTOUVALOU, Virginia. The case for social rights. In: GEARTY, Conor; MANTOUVALOU, Virginia. **Debating social rights**. Oxford: Hart Publishing, 2010.

⁸ DE GIORGI, Raffaele. O futuro do trabalho e o seu direito. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 52-72, 2017. p. 56.

⁹ Baseando-se na obra de Luhmann, autores como Lange e Schimank afirmam que a crise estrutural dos Estados de Bem-Estar se ligaria ao fato de que a política, em acoplamento estrutural com o direito (expresso por meio do que se convencionou chamar de Estado de Direito), seria capaz de regular (indiretamente) os conflitos sociais, mas não de guiar ou orientar (diretamente) os demais sistemas funcionais, como a economia. O resultado do intervencionismo desse modelo estatal seria a inflação econômica, o crescimento da dívida estatal, a juridificação de todas as dimensões da vida social e o aumento da burocratização (LANGE, Stefan; SCHIMANK, Uwe. A Political Sociology for Complex Societies: Niklas Luhmann. In: NASH, Kate; SCOTT, Alan (Ed.). **The Blackwell companion to political sociology**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell Publishing, 2004. p. 66-69). Em sua principal obra sobre o sistema jurídico, Luhmann apresenta ceticismo em relação às “esperanças politicamente exacerbadas” dirigidas àquele sistema: “Es probable que la economía, con su producción masiva y orientada al mercado de bienes, haga más por compensar las desigualdades que un derecho políticamente presionado en esta dirección.” (LUHMANN, Niklas. **El derecho de la sociedad**. Traducción de Javier Torres Nafarrate. Ciudad de México: Herder; Universidad Iberoamericana, 2005. p. 637-638). Contudo, deve-se registrar que as críticas de Luhmann ao *welfare state* não estão ligadas a “uma defesa moral do livre mercado”, já que, à

também para uma “crise de juridificação”, associada à percepção dos limites do Estado de Bem-Estar e à emergência de um direito “pós-intervencionista”.¹⁰

Nas áreas da arquitetura e do urbanismo, tem sido ressaltado que, ao longo da evolução da política habitacional brasileira, o mundo e o país passaram por uma “mudança de paradigmas” ligada ao movimento da globalização e ao “ideário neoliberal”: “Passa-se da era do estado provedor, das políticas sociais, dos subsídios, da solidariedade para o primado do mercado, da competição, do individualismo.” Como o Brasil não conheceu um *Welfare State* nos moldes dos países centrais, essa mudança seria ainda “mais desastrosa”.¹¹

A provisão habitacional, que antes seria “compreendida como uma política de bem-estar”, “migrou, paulatinamente, do discurso universalista dos direitos fundamentais para a lógica seletiva dos mercados”. Uma literatura crítica desse movimento tem destacado “que não é possível vencer os desafios da universalização da moradia no Brasil mercadorizando uma função constitucional do estado” e que o “direito à moradia não dialoga com a mercadorização da habitação, ainda que essa tenha cada vez mais características de mercadoria no capitalismo contemporâneo.”¹²

Contudo, a crise financeira internacional de 2008 reascendeu as discussões em torno dos papéis do Estado e dos bancos públicos, inclusive na minimização das lacunas e falhas do setor privado. Além disso, deve-se notar que, ao contrário do que recomendariam as receitas neoliberais, um banco público é, historicamente, o principal responsável pelo

luz da teoria dos sistemas, “o intenso acoplamento estrutural” entre política e economia “torna romântica não apenas a tentativa de controlar politicamente o mercado, mas também e igualmente a utopia de um Estado mínimo.” As críticas de Luhmann à “politização da sociedade” (“via *welfare state*”) devem ser lidas em conjunto com as suas críticas aos “fenômenos paralelos de cientificização, juridificação, monetarização etc.” (BACHUR, João Paulo. O Estado de bem-estar em Hayek e Luhmann. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2, p. 179-213, 2013).

¹⁰ Dentre as críticas à instrumentalização política do direito, que se desenvolveram a partir de diferentes perspectivas teóricas, Teubner destaca as que abordam os seguintes pontos problemáticos daquela tendência: “Ineffectiveness”, “Colonization”, “Overstrain” e “Systems conflict” (TEUBNER, Gunther. The Transformation of Law in the Welfare State. In: TEUBNER, Gunther (Ed.). **Dilemmas of Law in the Welfare State**. Berlin; New York: de Gruyter, 1986. p. 3-7).

¹¹ MARICATO, Erminia. Apresentação. In: ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2014. p. 7-11.

¹² ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2014. p. 13-18. Em direção similar, Raquel Rolnik, que foi Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada entre 2008 e 2014, descreve uma “grande mudança econômica, política e territorial que ocorre nas cidades do planeta, sob a égide do consumismo triunfante, na era da hegemonia do pensamento e das práticas de gestão neoliberais.” (ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 262).

financiamento habitacional no país. Trata-se, atualmente, da Caixa Econômica Federal (CEF), que concede “mais de 70% do total do crédito habitacional no país”.¹³

Apenas entre 2009 e junho de 2014, o programa habitacional instituído para reduzir os impactos da crise global no país foi responsável pela contratação da produção de 3,6 milhões de unidades habitacionais, o que representou um investimento de R\$ 225 bilhões. Um dado relevante é o que indica que 46% das famílias beneficiadas enquadravam-se na faixa de renda inferior a R\$ 1.600,00 (equivalente a cerca de três salários mínimos do ano de 2011), que é a mais baixa do programa.¹⁴ Desenvolveu-se, portanto, uma espécie de “estratégia keynesiana de crescimento econômico e geração de empregos” voltada ao atendimento da histórica demanda do país por moradia.¹⁵

Apesar do relativo sucesso no cumprimento dos seus objetivos, o programa, que recebeu o nome de Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tem sido alvo de diversas críticas, especialmente em razão da lógica da inclusão pelo mercado e pelo consumo que lhe é inerente, inclusive nos empreendimentos construídos para a faixa de renda mais baixa. Trata-se de um programa desenhado e executado em parceria com as maiores construtoras e incorporadoras imobiliárias do país. A busca dessas empresas por rentabilidade tem sido apontada como um dos principais fatores responsáveis pela reincidência em históricos problemas da realidade social e da política habitacional brasileira: “megaempreendimentos padronizados”, “impactos urbanísticos desastrosos”, “bairros-dormitórios”, “manchas urbanas monofuncionais”, “zonas guetificadas” etc.¹⁶

A evolução da política habitacional brasileira (com seus sucessos e insucessos) pode ser reconstruída a partir das lentes da teoria dos sistemas, contextualizando-se a globalização, o neoliberalismo e a mercadorização da provisão habitacional, mas também a retomada da intervenção estatal, nas operações de sistemas funcionais e organizacionais da sociedade moderna. Com base na teoria dos sistemas, podemos descrever sociologicamente

¹³ MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de; DEOS, Simone. O papel dos bancos públicos e a experiência brasileira recente. In: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de (org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 163-167.

¹⁴ BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014. p. 19-20.

¹⁵ ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 301.

¹⁶ ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 310-314.

as tensões subjacentes à evolução dessa política pública, como aquelas entre os sistemas funcionais do direito e da economia.

Essa contextualização teórica permite observar os movimentos de aproximação e distanciamento entre aqueles dois sistemas funcionais da sociedade moderna. Os referidos movimentos se manifestam, por exemplo, no interior de determinadas organizações responsáveis pela operacionalização e evolução da política habitacional, como o Estado, os tribunais e os bancos.

Além disso, torna-se possível situar teoricamente a atuação de dois outros tipos de organização (com equivalentes nos âmbitos global e local): as *organizações político-econômicas* (como o banco mundial e os sindicatos e associações de empresas) e as *organizações político-jurídicas* (como a ONU e as organizações de movimentos sociais). Essas organizações, frequentemente, produzem comunicações com o objetivo de influenciar o Estado, os tribunais e os bancos na criação, reprogramação e execução da política habitacional.

Assim, a partir de um estudo de caso do *Sistema Financeiro da Habitação* (SFH)¹⁷ brasileiro, espera-se chegar a uma resposta à seguinte questão principal: a crise de intervenção política e jurídica nas diversas esferas da vida social, e especialmente na área da moradia, conduz a uma substituição da lógica da *cidadania* e dos *direitos sociais* pela lógica do *mercado* e do *consumo* como caminho de inclusão social?

Ou, colocando a mesma questão em outros termos, pode-se perguntar: com o avanço de fenômenos como a globalização econômica, o neoliberalismo e as privatizações, a confiança nas respostas do *sistema político* (e seus Estados) e do *sistema jurídico* (e seus tribunais) para a solução de problemas sociais como o déficit ou a inadequação domiciliar seria transferida para a esperança nas soluções do *sistema econômico* (e suas instituições financeiras, construtoras e incorporadoras imobiliárias)? Ou os fortalecimentos dos movimentos sociais organizados, nas últimas décadas, e do ativismo estatal, após a crise financeira internacional de 2008, desestabilizam aquele enredo?

Enfim, como os sentidos de *habitação* e de *financiamento habitacional* reconstroem-se em meio às tensões intrassistêmicas e intersistêmicas inerentes à evolução relativamente truncada, não linear e caótica das buscas por inclusão social mediante as políticas habitacionais do país? E como essa evolução liga-se a um contexto social global?

¹⁷ Optamos pela expressão *Sistema Financeiro Habitacional* no título do trabalho apenas para evitar o eco que o termo *Sistema Financeiro da Habitação* (adotado pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964) geraria perto das palavras *inclusão*, *exclusão* e *reconstrução*.

A sociologia do direito pode se preocupar com esses problemas e observar as diversas respostas visíveis em operações e descrições de sistemas funcionais, organizacionais e interacionais. Consciente das suas próprias e inerentes limitações, estudos sociojurídicos têm a capacidade de identificar pontos cegos e paradoxos presentes naquelas respostas. Como se verá no Capítulo seguinte, a teoria dos sistemas apresenta instrumentos que podem contribuir para essa empreitada, inclusive em razão do seu potencial *empírico e crítico*.

Baseando-se nesse referencial teórico, o presente trabalho busca observar e descrever o problema habitacional brasileiro, enfocando a sua relação com a *cidadania*, os *direitos sociais*, o *mercado* e o *consumo*. Realizou-se um estudo de caso sobre o SFH brasileiro, que permitiu identificar, principalmente em evidências de “natureza qualitativa”, por um lado, “conexões óbvias entre economia e direito”, e, por outro lado, “mudanças comparativamente rápidas na conversa” desses sistemas.¹⁸

Sem descuidar das evidentes conexões com a política, claramente perceptíveis ao longo do desenvolvimento deste estudo de caso, a pesquisa foca nas tensões entre os sistemas da economia e do direito no âmbito do SFH brasileiro. Embora seja adotado o pressuposto de que a economia e o direito são sistemas autônomos (autorreprodutivos), não negligenciamos “o papel do sistema político na coevolução dos sistemas autônomos.”¹⁹

Assim, descrevemos a ideia de *direito social* à moradia ou de *direito humano* à habitação adequada, que, ao lado dos outros direitos sociais, ainda seria capaz “de conter a violência do mercado sobre o trabalho e a ideologia política que a sustenta.”²⁰ Trata-se de observar os discursos sobre “um tipo de equidade humana básica”, associada ao conceito de cidadania, “que não é inconsistente com as iniquidades que distinguem os vários níveis econômicos na sociedade”, mas que exige a garantia de direitos e a interferência estatal.²¹

¹⁸ HUTTER, Michael. How the economy talks the law into co-evolution: an exercise in autopoietic social theory. In: TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (Eds.). **State, law and economy as autopoietic systems**. Regulation and autonomy in a New perspective. Milan: Giuffrè, 1992. p. 265–293.

¹⁹ HUTTER, Michael. How the economy talks the law into co-evolution: an exercise in autopoietic social theory. In: TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (Ed.). **State, law and economy as autopoietic systems**. Regulation and autonomy in a New perspective. Milan: Giuffrè, 1992. p. 288–291. Como se verá ao longo desta tese, o pressuposto da autonomia desses sistemas é objeto de debates teóricos no âmbito da teoria dos sistemas.

²⁰ DE GIORGI, Raffaele. O futuro do trabalho e o seu direito. **Revista Direito Mackenzie**, v. 11, n. 1, p. 52–72, 2017. p. 68.

²¹ MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class and other essays**. Cambridge: University Press, 1950. p. 8. A semântica do direito humano social a uma habitação adequada tem impulsionado, por exemplo, a construção doutrinária e jurisprudencial em torno de conceitos como o de “Estado de Coisas Inconstitucional (ECI)”, especialmente na América Latina. Por exemplo, a Corte Constitucional colombiana, por meio da Sentença T-25/2004, decretou o ECI em face das “falhas na implementação das

No entanto, também descrevemos a noção de *eficiência econômica* relacionada àquele direito social, que percebe a justiça social “como uma fonte de valor [econômico]”.²² Nas últimas décadas, como ressalta a análise crítica de Rolnik, fortaleceu-se um discurso de “inclusão pelo consumo”, isto é, de “promoção do acesso a bens e serviços por meio das relações de mercado.” As necessidades sociais seriam observadas como oportunidades de lucro para os empreendedores privados, que mobilizariam o “argumento da eficiência” a seu favor.²³

Diante desse cenário, concluímos que, na atualidade, há uma disputa entre ao menos dois importantes modos de realização da *inclusão social*. Por um lado, há as perspectivas que associam a referida inclusão à necessidade do apoio direto do Estado à garantia de direitos básicos, ao acesso a recursos financeiros e a capacidades primárias (como educação, saúde, moradia etc.). Por outro lado, desenvolvem-se expectativas em

políticas públicas de atenção aos deslocados”. Dentre os diversos direitos violados dessa população, estaria o direito à moradia digna. Nesse contexto, autores como Meda e Bernardi cogitam a possibilidade de adaptação do conceito de ECI para a realidade brasileira, notadamente nos casos de violação ao direito à moradia adequada (MEDA, Ana Paula; BERNARDI, Renato. Direito fundamental à moradia e a sentença T-025/2004 da Corte Constitucional da Colômbia: Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 2, n. 1, p. 280-299, jan./jun., 2016). Segundo Thornhill, a referida decisão é “one of the most important decisions in the global history of modern public law. [...] In T-025/04, effectively, the Colombian Constitutional Court argued that, in light of mass displacement, the Colombian state had experienced a wholesale systemic failure, manifest in its inability to secure stability within its borders, and it assumed for itself direct responsibility for overcoming this condition. [...] In this respect, the Court used human rights law as an instrument to measure existing state capacity, suggesting that generalized non-fulfilment of human rights obligations was evidence of a broad political-institutional crisis. The Court actually formulated this strategy in consciously ‘Weberian terms’, arguing that protection of human rights was a means for the state to show its legitimacy by ‘monopolizing the exercise of force’ in society.” (THORNHILL, Chris. **The sociology of law and the global transformation of democracy**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2018. p. 363-364).

²² HUTTER, Michael. How the economy talks the law into co-evolution: an exercise in autopoietic social theory. In: TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (Ed.). **State, law and economy as autopoietic systems**. Regulation and autonomy in a New perspective. Milan: Giuffrè, 1992. p. 265.

²³ ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 270-271. Um discurso próximo ao criticado por Rolnik pode ser identificado, por exemplo, em abordagens sobre os direitos humanos como a de Eric A. Posner, para quem “humanitarians should abandon the utopian aspirations of human rights law for the hard-won truths of development economics.” Segundo esse autor, “human rights treaty regime can do little to improve the well-being of people around the world.” (POSNER, Eric A. **The Twilight of Human Rights Law**. New York: Oxford University Press, 2014. p. 7-8). Posner e Sykes afirmam que seria “hard to conclude that the human rights treaty regime has greatly affected the way states treat their populations. Likewise, improvements in human rights over time in some countries may be attributed to other things, such as economic growth. As states become wealthier, they treat their citizens better. [...] In sum, there is at best weak evidence that human rights treaties improve human rights. Perhaps human rights regimes have a ‘demonstration effect’ that pulls developing countries toward greater rights over the long run, but if so, the causal pathways are too subtle to show up in empirical research. It is also possible that states can do more to promote human rights in other states by promoting international trade and other forms of international cooperation that lead to growth in poor countries.” (POSNER, Eric A.; SYKES, Alan O. **Economic foundations of international law**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2012. p. 208).

torno da realização desses direitos (e, portanto, da cidadania), sobretudo, por meio da inclusão econômica, notadamente mediante o acesso aos mercados de trabalho e de consumo. A inclusão, neste último caso, dependeria principalmente da capacidade de pagar pelo acesso aos bens e serviços básicos.²⁴

O primeiro modelo de inclusão confia na participação nos diferentes sistemas sociais, primariamente, por meio da garantia de direitos aos trabalhadores e da atuação estatal. As ideias de *cidadão e sujeito de direito* parecem dominar os discursos desse modelo, que liga a lógica do sistema político àquela do sistema jurídico.²⁵

Já o segundo modelo de inclusão aposta na referida participação, primordialmente, por meio da garantia do funcionamento eficiente dos mercados, meta que também exigiria determinadas atuações estatais. Aqui a ideia de *cidadão* associa-se à de *consumidor*, indicando uma vinculação do sistema político com o sistema econômico.²⁶

²⁴ Ainda que ambos os modelos de inclusão possam, em alguma medida, ser associados atualmente a abordagens liberais da questão social, os discursos do segundo modelo estão mais explicitamente vinculados à tradição do liberalismo. Para essa perspectiva, o aumento da produção e do consumo seria a forma de reconciliar “economic freedom with the material needs of the masses” (PREUSS, Ulrich K. *The Concept of Right and the Welfare State*. In: TEUBNER, Gunther (Ed.). *Dilemmas of Law in the Welfare State*. Berlin; New York: de Gruyter, 1986. p. 154). Segundo Schmitt, a história das ordens sociais, jurídicas e econômicas (e, conseqüentemente, a história das teorias sociais, jurídicas e econômicas) estaria ligada a três processos: a produção, a distribuição e a apropriação. Desse modo, as diferentes respostas para a questão social passariam por decisões sobre esses três processos, como mostram os modelos liberais, socialistas/sociais e imperialistas. Segundo o autor, o “[l]iberalism is a doctrine of freedom — freedom of economic production, freedom of the market and, above all, the queen of all economic freedoms, freedom of consumption. Liberalism also solves the social question with reference to increases in production and consumption, both of which ultimately should follow from economic freedom and economic laws.” Por outro lado, “[n]ot only radical socialism or communism but also the concept of the social that all political parties in contemporary European democracies have somehow adopted, at least as an adjective, subscribe to a program of distribution and redistribution.” Por fim, o imperialismo vincularia a questão social à apropriação: “At that time this meant a program of colonial expansion and the precedence of appropriation over distribution and production. Of course, it was consistent with the historical view of a politics that had lasted for centuries.” (SCHMITT, Carl. *Appropriation/Distribution/Production: Toward a proper formulation of basic question of any social and economic order*. **Portal Geopolitika.ru**. Disponível em: <<https://www.geopolitika.ru/en/article/appropriationdistributionproduction-toward-proper-formulation-basic-questions-any-social-and>>. Acesso em: 13 jul. 2018).

²⁵ O desenvolvimento desse modelo pode ser situado historicamente no momento em que, nas palavras de Luhmann, o Estado se converteu “en depositario de las aspiraciones de manejo e evitación de crisis. Bajo la dirección de una ‘mano visible’, la invocación de medidas estatales gana prioridad. Para esto uno no necesita organizarse en una clase; la aspiración se tiene como ciudadano del Estado. Desaparece el *ethos* de una comunidad solidaria entrega a sí misma y en su lugar aparecen las organizaciones participativas.” (LUHMANN, Niklas. *La economía de la sociedad*. Traducción de Aldo Mascareño. Ciudad de México: Herder, 2017. p. 253-254).

²⁶ Esse modelo pode ser associado às políticas neoliberais. A teoria do Estado Neoliberal, consoante Harvey, defende que o papel do Estado seria “favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio.” Conforme esse ponto de vista teórico, “os contínuos aumentos da produtividade devem proporcionar padrões de vida mais elevados a todos. Sob o pressuposto de que ‘uma maré montante faz subir todos os barcos’ ou sob o do ‘efeito multiplicador’, a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio.” Ainda que, na

A conclusão do trabalho, portanto, afasta-se, em certa medida, da hipótese de que “a linguagem dos direitos sociais e da cidadania foi progressivamente substituída pela linguagem da inclusão pelo consumo”²⁷, já que se pode observar na sociedade contemporânea a coexistência de ambas as linguagens, inclusive no âmbito do SFH brasileiro.²⁸ Os dois modelos de inclusão ora se aproximam, ora se afastam, razão pela qual, ao longo do trabalho, recorreremos à ideia de *tensão* para explicar essa dinâmica em sua complexidade.

Ainda que haja importantes mudanças nas políticas habitacionais nas últimas décadas, não se observa uma completa supressão das características do Estado de Bem-Estar e das concepções de cidadania e direitos sociais que lhes são próprias. O inegável fortalecimento de políticas e discursos voltados para a rentabilidade/lucratividade na área da habitação convive em tensão com políticas e discursos orientados para o potencial de realização de justiça/igualdade social nessa mesma área. Como se verá ao longo de todo o trabalho, a tensão entre essas duas lógicas se manifesta tanto no âmbito global, quanto na esfera local.

No plano global, pode-se identificar uma aproximação entre certas preocupações relativas ao problema habitacional, por exemplo, do Banco Mundial e da ONU. No entanto, em grande medida, as soluções oferecidas pelas duas organizações ao problema da habitação afastam-se. O Banco Mundial recomenda reformas políticas, institucionais e regulatórias para os mercados funcionarem de modo mais eficiente. Para essa perspectiva, os governos não deveriam produzir moradia, mas, sim, adotar um “papel de facilitadores da administração do setor”.²⁹ Já a ONU, por meio da Agência Habitat, apresenta uma agenda com compromissos como “promover políticas habitacionais baseadas no princípio

prática, o Estado Neoliberal tenha se manifestado de forma “instável e contraditória”, variando “muito de lugar para lugar e de época para época”, Harvey aponta uma tendência nesse modelo estatal à “mercadificação de tudo”, inclusive da “habitação social”: “Os indivíduos compram produtos nos mercados, que passam a ser os novos fornecedores de proteções sociais. A segurança individual se torna assim uma questão de escolha individual vinculada à capacidade de pagamento por produtos financeiros inseridos em mercados financeiros arriscados.” (HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: edições Loyola, 2014. p. 75-181).

²⁷ ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 271.

²⁸ Como se verá ao longo deste trabalho, além de ter ocorrido o reconhecimento formal do direito à moradia como um direito social fundamental na Constituição brasileira (por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000), em 2009 foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que marca uma retomada mais incisiva da atuação estatal na questão da habitação, com conquistas significativas em relação ao número de unidades habitacionais construídas, inclusive para as faixas de rendas mais baixas da população.

²⁹ WORLD BANK. **Housing**: enabling markets to work. Washington: World Bank, 1993. p. 1-2.

da inclusão social, da eficácia econômica e da proteção ambiental” e “apoiar o efetivo uso de recursos públicos para a habitação acessível e sustentável”.³⁰

O âmbito local tampouco está livre dessas tensões. As leis que instituíram e reformaram o SFH brasileiro claramente sofrem os reflexos do afastamento e da aproximação desses dois modelos de inclusão social. Identifica-se a “finalidade anunciada” de reduzir o déficit habitacional do país (realizando-se o direito social à moradia), mas também se percebe o objetivo relativamente implícito de proteger e estimular a economia e as empresas do setor imobiliário.³¹ Na esfera judicial, decisões reconhecem, por exemplo, que a legislação traz proteções aos mutuários contra o impacto das variações imprevisíveis da economia nas prestações mensais, mas não os desobrigam de pagar o valor total do financiamento habitacional contraído, ainda que o saldo devedor após o pagamento de todas as prestações mensais previstas em contrato seja elevado.³²

Em grande medida, as mudanças na legislação e regulação do SFH brasileiro, bem como as interpretações jurídicas e judiciais que, em parte, delas decorrem, refletem as pressões, que emergem principalmente a partir da década de 1990, para que o “trabalho social” ou a “ajuda social” fosse também um “bom investimento”, em razão da chamada crise do Estado de Bem-Estar. A partir da linguagem da teoria dos sistemas, as organizações voltadas para essas atividades podem ser descritas como “polifônicas”, já que apresentam o potencial de adotar os códigos de diversos sistemas funcionais, como o direito, a política, a educação, a saúde e a economia.³³

³⁰ UNITED NATIONS. **Draft outcome document of the United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III)**. Set. 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/Draft-Outcome-Document-of-Habitat-III-E.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

³¹ ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. p. 129-132.

³² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.443.870 – PE (2014/0064246-8)**. Relator: Ricardo Villas Bôas Cueva, 22 de out. 2014. Disponível: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

³³ VILLADSEN, Kaspar. ‘Polyphonic’ welfare: Luhmann’s systems theory applied to modern social work. **International Journal of Social Welfare**, v. 17, n. 1, p. 65-73, 2007. p. 68. Em direção similar, Højlund destaca uma série de estudos que mostram a transição “from traditional welfare models to market models”, mas, com base na análise dos serviços de bem-estar na Dinamarca a partir da teoria dos sistemas, sugere que “in present welfare consumerism different rationalities are brought together.” Embora a inclusão assuma uma forma híbrida, essa hibridização não seria simplesmente “an unhappy coincidence or an unintended marriage between a dominant market logic and what remains of an outdated welfare system”: “Instead, I take hybridization to be a fundamental and defining feature of contemporary consumerist reforms, bringing together different logics. [...] today’s welfare consumerism combines political and market rationalities rather than imposing a single market logic on welfare provision.” (HØJLUND, Holger. Hybrid inclusion – the new consumerism of Danish welfare services. **Journal of European Social Policy**, v. 19, n. 5, p. 421-431, 2009).

A questão tradicional acerca de se provisões públicas ou privadas trariam melhores resultados para os “serviços de bem-estar”, em torno da qual gravitam controvérsias ideológicas e teóricas, passou a ser considerada simplista diante da percepção contemporânea tanto das falhas de mercado quanto das falhas de Estado, bem como do próprio obscurecimento dos limites entre o público e o privado. Sob o ponto de vista da teoria dos sistemas, o uso exclusivo dessa distinção deixaria escapar “a noção de outros sistemas operando de acordo com outras lógicas”.³⁴

Daí a importância para este trabalho de uma adequada compreensão da relação entre os sistemas funcionais e aquelas organizações e programas que se orientam para a inclusão social das pessoas. Segundo Luhmann, pode-se afirmar que a sociedade moderna (funcionalmente diferenciada) deixa a regulação da inclusão “a cargo de seus sistemas funcionais”. Como é possível verificar na semântica dos direitos dos cidadãos e dos direitos humanos, as pessoas teriam “igualdade de condições” e “liberdade de decisão” para entrar “em contato com sistemas funcionais específicos”. Consequentemente, as “desigualdades e condicionamentos do uso da liberdade apenas podem ser justificados quando partem do respectivo sistema funcional.”³⁵

No entanto, o que se observa em várias regiões de países como o Brasil, notadamente no contexto da “formação de guetos em cidades grandes”, são círculos viciosos de exclusão, já que, como constata Luhmann, a sociedade está rigidamente integrada no âmbito da exclusão (e frouxamente integrada no âmbito da inclusão): i) as “famílias que vivem nas ruas e não têm endereço fixo não podem matricular suas crianças na escola”; ii) “quem não tem identidade está excluído de benefícios sociais, não pode votar, não pode casar-se legalmente”; iii) a “[n]ecessidade econômica provoca uma indiferença elevada em face do código jurídico lícito/ilícito”.³⁶

O sociólogo alemão chega a afirmar que em determinados contextos contemporâneos a sociedade estaria “‘supercodificada’ [‘*supercodiert*’] pela distinção entre inclusão (com integração frouxa) e exclusão (com integração rígida), e que, de fato, é necessário se orientar primeiramente por esta distinção, caso alguém queira se localizar”.³⁷

³⁴ ANDERSEN, Simon Calmar. How to improve the outcome of state welfare services. Governance in a systems-theoretical perspective. **Public Administration**, v. 83, n. 4, p. 891-907, 2005.

³⁵ LUHMANN, Niklas. Inclusão e exclusão. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 23-25.

³⁶ LUHMANN, Niklas. Inclusão e exclusão. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 37-39.

³⁷ LUHMANN, Niklas. Inclusão e exclusão. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 37-39. Neves afirma que “a introdução da

Assim, as preocupações deste trabalho, em alguma medida, estão associadas à hipótese de Luhmann de que “tal diferenciação primária da sociedade por inclusão e exclusão [...] certamente teria efeitos reversos sobre os próprios sistemas funcionais, [*que se reconheceriam*] incapazes de satisfazer suas próprias demandas de inclusão, passando a se adequar a isso.” Não faltariam exemplos dessa situação, mas podemos ficar aqui apenas com aqueles do direito e da economia. No caso do direito, haveria “zonas de exclusão” que “não mais podem ser vinculadas ao Estado de Direito”. Em relação à economia, “grandes parcelas da população” estariam “excluídas da participação no mercado” e, ao mesmo tempo, não conseguiriam “sobreviver e se alimentar da economia de subsistência”.³⁸

A existência de inúmeras formas de exclusão e desigualdade em determinadas regiões é fato notório. Menos claras são as suas consequências para a autonomia dos sistemas funcionais. Ainda que não tenha a pretensão de oferecer uma solução para o debate específico em torno da aderência ou não do primado da diferenciação funcional às realidades sociais de países periféricos (ou mesmo à própria sociedade moderna), esta tese desenvolve reflexões sobre a diferença inclusão/exclusão e, conseqüentemente, apresenta algumas contribuições para essa discussão teórica.

A “exclusão realizada em uma pluralidade de dimensões independentes entre si” pode ser interpretada, a partir do conceito “multidimensional” de cidadania, desenvolvido por T. H. Marshall, como “o não pertencimento ao status de cidadão”.³⁹ Segundo Marshall, a cidadania completa dependeria de três partes ou elementos que teriam se desenvolvido ao longo da história: i) o *elemento civil* seria composto de “direitos necessários para a

metadiferença ‘inclusão/exclusão’ como característica da sociedade moderna (mundial)” seria “uma revisão por Luhmann de sua teoria”. Essa revisão seria uma “resposta expressa” às críticas oferecidas pelo autor brasileiro à referida teoria. No entanto, Neves entende que a diferença “inclusão/exclusão” e a “diferença (orientada funcionalmente) ‘sistema/ambiente’” seriam concorrentes na sociedade mundial contemporânea. Por isso, em sua visão, não caberia “falar de ‘metacódigo’ em termos luhmannianos.” Na leitura do autor brasileiro, a insistência de Luhmann “no primado da diferenciação funcional na sociedade mundial do presente” seria responsável pela permanência da formulação sobre a diferença inclusão/exclusão “em um nível teórico muito genérico, tornando irrelevante a distinção entre exclusão estrutural ou primária em certas áreas do globo terrestre e exclusão secundária em outras regiões.” (NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica**: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro. Tradução Antônio Luz Costa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018. p. 390-395).

³⁸ LUHMANN, Niklas. Inclusão e exclusão. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 39-40. Isso não implica que o nosso trabalho adira à referida hipótese, já que, a nosso ver, ainda são necessárias mais pesquisas empíricas para aclarar a influência dos efeitos da inclusão/exclusão nos diferentes sistemas funcionais. A mesma ressalva deve ser considerada em relação à perspectiva de Neves apresentada na nota de rodapé anterior.

³⁹ STICHWEH, Rudolf. Inclusão/exclusão, diferenciação funcional e a teoria da sociedade mundial. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 57.

liberdade individual”, como os direitos à propriedade, à liberdade de contratar etc.; ii) o *elemento político* estaria ligado ao “direito de participar no exercício do poder político”, como os direitos de eleger representantes e de ser eleito; e iii) o *elemento social* significaria o “direito a um pouco de bem-estar econômico” e o “direito de compartilhar integralmente o patrimônio social e viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões vigentes na sociedade.”⁴⁰

Em obra das fases mais iniciais do seu pensamento, Luhmann refletiu sobre o conceito de Estado de Bem-Estar “com a ajuda do conceito sociológico de *inclusão*”, que extraiu dos trabalhos de Parsons. Fazendo referência expressa à abordagem de Marshall, Luhmann afirma que “[o] conceito de inclusão significa a incorporação da população global [isto é, da população inteira ou do conjunto da população] às prestações dos distintos sistemas funcionais da sociedade.” Essa noção de inclusão “[f]az referência, de um lado, ao *acesso* a essas prestações e, de outro, à *dependência* que delas terão os distintos modos de vida individuais.” A pretensão formulada com o “princípio da inclusão” é muito clara: “cada um deve ter acesso a cada sistema funcional sempre e contanto que seu modo de vida lhe exija o recurso às funções sociais.” Nesse contexto, o Estado de Bem-Estar poderia ser descrito como “a realização da inclusão política”, que pode ser dividida em “passiva (segurança jurídica)” e “ativa (democracia)”.⁴¹

Desse modo, uma das perguntas que se faz neste trabalho é sobre como essa ideia de inclusão, enquanto acesso aos (e dependência dos) diferentes sistemas funcionais, pode

⁴⁰ Ao analisar o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra, Marshall afirma que seria possível identificar o período de formação desses elementos com diferentes séculos, ainda que esses períodos devessem “be treated with reasonable elasticity” e houvesse “some evident overlap, especially between the last two”: “civil rights to the eighteenth, political to the nineteenth, and social to the twentieth.” (MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class and other essays**. Cambridge: University Press, 1950. p. 10-14). Apesar da importância dessa formulação para a “expansão da análise da cidadania para além da institucionalização política”, autores como Holston apresentam ressalvas à “perspectiva histórica” de Marshall, como a de que, em verdade, a cidadania e a democracia “se expandem e se desgastam, progridem e regredem de formas complexas.” Além disso, “[a] difusão, a progressão temporal e a substância da cidadania variam substancialmente com o contexto histórico e nacional. Na maioria das democracias emergentes, inclusive na do Brasil, os direitos políticos e socioeconômicos se desenvolvem antes dos direitos civis, e de qualquer forma não em sequências distintas ou lineares.” (HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução Claudio Carina. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 405-406).

⁴¹ Segundo Luhmann, essa compreensão de Estado de Bem-Estar pressupõe não apenas “el aseguramiento y el acrecentamiento continuo de unas condiciones mínimas de bienestar para cada cual [como nutrição, saúde, habitação e educação], sino en gran medida también la aparición de problemas especiales de distinto género”: “Las mejoras discurren, por tanto, no sólo en la dirección del aumento de los niveles mínimos [entendidos como direitos políticos de cada cidadão], sino también en la del descubrimiento continuo de nuevos problemas que competen a las autoridades públicas” (LUHMANN, Niklas. **Teoría política en el Estado de Bienestar**. Traducción de Fernando Vallespín. Madrid: Alianza Editorial, 1993. p. 47-51).

ajudar a compreender o modelo atual de Estado. Se, por um lado, ainda é possível identificar o discurso da *inclusão política*, da garantia de direitos necessários ao exercício da cidadania; por outro lado, observa-se também o recorrente discurso da capacidade de *inclusão econômica*, da possibilidade de acesso aos recursos financeiros necessários ao gozo da cidadania. Investigações sobre a implementação de direitos sociais e, especialmente, do direito à moradia oferecem os insumos necessários para reflexões sobre a evolução da atuação estatal nas diferentes esferas da vida social.⁴²

A cidadania, enquanto “status concedido àqueles que são membros completos da comunidade”, apresenta uma evidente relação com o problema da desigualdade social. Sabe-se que não há “princípio universal” que seja capaz de determinar quais devem ser os “direitos e deveres” dos cidadãos, mas é possível identificar a “imagem de uma cidadania ideal”, criada pela própria sociedade, que pode servir de direção para as aspirações de igualdade e mesmo para o reconhecimento de uma desigualdade social “considerada como necessária e intencional”.⁴³

A questão habitacional é um dos pontos centrais do processo de aquisição da cidadania, já que, frequentemente, os moradores de bairros pobres e favelas, marcados pela

⁴² Embora ganhe novos contornos na atualidade, não é recente a percepção de que haveria um predomínio do aspecto econômico (em detrimento da questão social) na área habitacional. Em balanço realizado no início da década de 1970, Kowarick constatou que os planos e programas de governo voltados para o desenvolvimento do país, que remontam à década de 1930, teriam privilegiado a dimensão econômica, reservando um aspecto secundário ao plano social. A partir da década de 1960, “os programas sociais começaram a aparecer de modo mais frequente no cenário do planejamento latino-americano. Desta época em diante a Comissão Interamericana da Aliança para o Progresso (CIAP) passou a recomendar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o financiamento dos planos que também contivessem os setores sociais (educação, saúde, habitação etc.).” Entretanto, os planos brasileiros reduziram “a mudança social a processos puramente econômicos”: as “variáveis sociais” entrariam no modelo “como aspectos meramente subsidiários do desenvolvimento econômico”. Essa redução das “metas sociais” a meros “reflexos das mudanças econômicas” seria resultado, dentre outros fatores, da “ausência de sistematização dos problemas ligados ao desenvolvimento social”: “Os planos abordam a educação, a saúde ou a habitação como se fôssem atividades independentes do contexto social real em que vão se inserir. [...] O modelo implícito adotado nos Planos, no que diz respeito à causação de variáveis responsáveis pelo desenvolvimento, é de estilo unicausal de determinância econômica, em que o desenvolvimento social é visto como reflexo do crescimento econômico.” Segundo o autor, faltaria aos planos brasileiros “uma visão teórica mais global. Reduzem-se eles a um conjunto de setores estanques e casuísticos, desprovidos da noção de interdependência de fatores.” As estratégias no campo social seriam instrumentalizadas “apenas em termos de sua eficácia econômica”: “O raciocínio básico é que baixos índices sanitários diminuem a produtividade de trabalho, que o sistema educacional deve ser equacionado em função dos imperativos econômicos, ou que o setor habitacional precisa ser ativado para que a economia não sofra recessos advindos de eventuais diminuições no nível de emprego.” (KOWARICK, Lúcio. **Estratégias do planejamento social no Brasil**. São Paulo: CEBRAP, 1971. p. 11-43).

⁴³ MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class and other essays**. Cambridge: University Press, 1950. p. 28-31. Como afirma De Giorgi, “[o]s direitos fundamentais não materializam garantias, mas esquemas da construção de desigualdade legítima”, por isso coexistiram “com as mais atrozes monstruosidades dos últimos três séculos e com aquelas, não menos monstruosas, às quais assistimos no presente.” (DE GIORGI, Raffaele. Periferias da modernidade. **Revista Direito Mackenzie**, v. 11, n. 2, p. 39-47, 2017. p. 47).

inadequação das condições de moradia ou mesmo pelo chamado déficit habitacional, enfrentam um “círculo vicioso” em que “pobreza, má saúde, padrões educacionais baixos, desorganização familiar, delinquência” e outras desvantagens sociais se “reforçam mutuamente”.⁴⁴

Portanto, a inclusão social dessas pessoas é um processo complexo, que envolve diversos “campos de tomada de decisão organizacional”, tanto públicos, quanto privados.⁴⁵ As referidas tomadas de decisão podem ser compreendidas a partir da identificação da lógica operacional dos diferentes sistemas funcionais que lhes são subjacentes.

Como se verá no próximo Capítulo, várias são as fontes que podem servir para um trabalho de reconstrução dos sentidos de cidadania, direitos sociais, mercado e consumo na sociedade contemporânea com foco na questão habitacional, como normas nacionais e internacionais, estudos e diretrizes de organizações locais e globais, obras especializadas, entrevistas, processos legislativos e processos judiciais.

Mobilizando essas diferentes fontes, retomamos aqui as discussões sobre a “tensão permanente [...] entre o princípio de igualdade implícito no conceito da cidadania e a desigualdade inerente ao sistema capitalista e à sociedade de classes”⁴⁶, que foi descrita na obra clássica de Marshall *Citizenship and Social Class* e redescrita em diversos trabalhos sobre cidadania e direitos sociais. Recorre-se, ainda, à literatura crítica às mudanças dos perfis do Estado e do direito nas últimas décadas, especialmente as obras produzidas por geógrafos, arquitetos/urbanistas, cientistas políticos, economistas, juristas e sociólogos ligados às mais diversas tradições teóricas.

No entanto, a reconstrução dos temas e das elaborações teóricas é realizada com base nas lentes da teoria dos sistemas e, especialmente, da sociologia do direito que se extrai dessa teoria. Além disso, o nosso foco recai nas tensões entre os sistemas funcionais da economia e do direito que são observadas nas comunicações das organizações selecionadas como unidades de análise para o desenvolvimento de um estudo de caso sobre o SFH brasileiro.

Assim, no Capítulo 2, apresentamos e justificamos as seleções metodológicas deste trabalho. Ressalta-se o potencial da teoria dos sistemas para o desenvolvimento de

⁴⁴ PARSONS, Talcott. Full Citizenship for the Negro American? A Sociological Problem. *Daedalus*, v. 94, n. 4, p. 1009-1054, 1965. p. 1038.

⁴⁵ PARSONS, Talcott. Full Citizenship for the Negro American? A Sociological Problem. *Daedalus*, v. 94, n. 4, p. 1009-1054, 1965. p. 1041.

⁴⁶ SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 20-21.

pesquisas *empíricas* e *críticas*. O trabalho vincula-se à ideia de *responsividade* sociológica, uma vez que, sem descuidar da preocupação com os limites e a autonomia científica da análise sociológica, desenvolvem-se reflexões orientadas pelo senso prático inerente ao próprio recorte temático da pesquisa.⁴⁷

A identificação de padrões sociais no material empírico (normas, processos legislativos, processos judiciais, entrevistas e documentos em geral) e na literatura é realizada com base em uma análise inspirada na *abordagem sociolinguística* desenvolvida por autores como Alfons Bora e Heiko Hausendorf. Mobilizando os conceitos de *posição social* e *discurso*, essa abordagem busca alargar construtivamente a arquitetura da teoria dos sistemas para o desenvolvimento de pesquisas empíricas. Já o potencial crítico do trabalho é identificado na possibilidade da realização de *observações de segunda ordem*, que, ainda que não assumam o objetivo de produzir uma nova sociedade, podem mudar as atenções e sensibilidades dentro da sociedade existente por meio da produção de novos conhecimentos.⁴⁸

Em seguida, o Capítulo 3 será responsável pela descrição do sistema econômico e suas organizações bancárias, já que as operações de financiamento do SFH são desenvolvidas por esses sistemas sociais. Aqui, as referidas operações são observadas como comunicações primariamente relacionadas à *função da economia* e à *atividade dos bancos*, mas também às *prestações dos sistemas da política e do direito*.

O caso brasileiro é a base para essa reconstrução que situa o SFH nas descrições da sociedade moderna produzidas pela teoria dos sistemas. A partir desse prisma, a função declarada do financiamento habitacional é identificada com a *promoção da inclusão de pessoas* nos sistemas da economia e do direito, como contratantes e proprietários. Por outro lado, observa-se que essa inclusão é *acompanhada de diferentes formas de exclusão*, tanto das pessoas que têm acesso ao financiamento habitacional, quanto daquelas que, por não tê-lo, precisam recorrer à autoconstrução e ao autofinanciamento da moradia.

Então, no Capítulo 4, discutimos o financiamento habitacional no contexto da sociedade mundial. A partir da observação dos *movimentos de globalização da economia e do direito*, descrevemos as tensões entre diferentes organizações de caráter global.

⁴⁷ BORA, Alfons. Sociology of Law in Germany: Reflection and Practice. **Journal of Law and Society**, v. 43, n. 4, p. 619-646, Dec. 2016.

⁴⁸ Ver, nesse sentido, BORA, Alfons; HAUSENDORF, Heiko. PARADYS - Participation and the Dynamics of Social Positioning. **Final Report to the European Commission**, Bielefeld and Bayreuth, July 30, 2004 e BORA, Alfons; HAUSENDORF, Heiko. Participation and beyond: dynamics of social positions in participatory discourse. In: BORA, Alfons; HAUSENDORF, Heiko (Ed.). **Democratic transgressions of law: governing technology through public participation**. Leiden: Brill, 2010.

De um lado, observamos organizações como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que destacam a moradia como uma *mercadoria lucrativa* e estratégica para a economia. Esses atores foram identificados com a posição social que denominamos de *organizações político-econômicas globais*. De outro lado, há organizações como a ONU, a Agência Habitat e a Organização dos Estados Americanos (OEA) que focam no direito social à habitação como um *direito humano*. Esses atores são identificados no trabalho com a posição social que chamamos de *organizações político-jurídicas globais*. Além de importante para a compreensão do caso brasileiro, essa contextualização do SFH no âmbito das tensões da sociedade mundial guarda coerência com o referencial teórico adotado nesta pesquisa.⁴⁹

Nesse ponto, retoma-se, no Capítulo 5, a realidade do SFH brasileiro, com foco nas tensões entre direito e economia no planejamento social, na constitucionalização e busca de efetivação do direito social à moradia. Concentramos a análise, por um lado, nas estratégias de aumento da eficiência e da lucratividade na produção da habitação social e, por outro lado, nas táticas de ampliação da legitimidade e da justiça social nessa produção.

Para tanto, adotamos uma periodização que destaca as seguintes etapas político-institucionais do país: *desenvolvimentismo* (1930-1990), *neoliberalismo* (1990-2009) e *ativismo estatal* (a partir de 2008).⁵⁰ Embora ainda seja relativamente cedo para apresentar análises seguras sobre acontecimentos políticos tão recentes quanto o *impeachment* de 2016 e as eleições de 2018, podemos associá-los a uma etapa de *retomada das políticas neoliberais* no país. Essa última etapa político-institucional apresenta consequências ainda difíceis de serem avaliadas, inclusive em relação à política habitacional brasileira. Por isso,

⁴⁹ Na atualidade, não restam dúvidas em relação ao impacto dos “parâmetros globais” nas realidades locais. Como destaca Santos, “se quisermos apreender o significado de cada caso particular” é necessário investigar não apenas as “especificidades” da história local (o “lugar”), mas também “a realidade da globalização [que] se impõe sobre o processo secular de internacionalização” (o “mundo”) (SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 11-12). Além disso, como aponta Luhmann, não se espera que estudos sociológicos sobre a realidade jurídica brasileira sejam lidos “apenas como informação sobre as relações jurídicas um tanto exóticas em um país da modernidade periférica”, mas também que sirvam “de estímulo para se refletir [sobre] em que tipo de sociedade vivemos hoje.” (LUHMANN, Niklas. Prefácio à edição alemã. In: NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro**. Tradução Antônio Luz Costa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018. p. XVII-XXII).

⁵⁰ COUTINHO, Diogo R. **Direito econômico e desenvolvimento democrático: uma abordagem institucional**. Tese (Concurso de Professor Titular). Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2014. p. 93-97.

apesar de ser levada em consideração, a referida etapa não será o foco das descrições oferecidas por esta tese.

Com base nesta análise, torna-se possível verificar no âmbito local como os argumentos voltados tanto à concretização do *direito social à moradia* quanto ao aumento da *eficiência do mercado habitacional* são mobilizados por diferentes posições sociais. Para tanto, identificamos os discursos produzidos, por um lado, por associações e sindicatos ligados às empresas de construção e incorporação imobiliária (que denominamos de *organizações político-econômicas locais*), e, por outro lado, por organizações de movimentos sociais de luta por moradia (que chamamos de *organizações político-jurídicas locais*).

Por fim, o Capítulo 6 retoma e desenvolve as conclusões alcançadas pelo trabalho. A tese evidencia que há movimentos de tensão entre duas diferentes lógicas relacionadas à moradia nos âmbitos global e local. Por um lado, verifica-se um discurso de inclusão por intermédio da *cidadania* e dos *direitos sociais*, que pode ser associado esquematicamente ao *Estado de Bem-Estar ou Intervencionista*. Por outro lado, observa-se um discurso de inclusão mediante o *mercado* e o *consumo* que, de modo igualmente esquemático, está relacionado ao *Estado Neoliberal ou Pós-Intervencionista*. As tensões entre essas duas lógicas ou discursos ajudam a perceber as potencialidades, mas também os limites, riscos e perigos das tentativas de inclusão social por meio do acesso à moradia no Brasil.

6 CONCLUSÃO

No início, ele opera ao máximo com as transversalidades que levam a direções inesperadas; no final, ele separa o objeto daquilo que lhe é estrangeiro, constituindo-o em produto autônomo. No início, ele não hesita em desconstruir os primeiros esboços do modelo, ele é apenas efervescência intelectual, inventividade, revolta contra os velhos quadros de pensamento; no final, ele tem mais uma mentalidade de pequeno proprietário satisfeito, lustrando amorosamente os detalhes do objeto construído. Essa evolução é necessária.⁶⁷⁴

Para que seja possível colocar o ponto final deste trabalho, precisamos voltar ao seu início, à sua questão principal: a crise de intervenção política e jurídica nas diversas esferas da vida social, e especialmente na área da moradia, conduz a uma substituição da lógica da *cidadania* e dos *direitos sociais* pela lógica do *mercado* e do *consumo* como caminho de inclusão social? Esse foi o problema de pesquisa levantado na Introdução (Capítulo 1) da tese que agora concluímos.

Com o objetivo de chegar a uma resposta à referida questão, buscamos, a partir de um estudo de caso sobre o SFH brasileiro e do referencial da teoria dos sistemas, ao mesmo tempo, entender a realidade do SFH (em perspectiva global e local) e desenvolver o marco teórico selecionado. Essa escolha metodológica detalhada no Capítulo 2 guiou as *observações e reconstruções* desenvolvidas ao longo de toda a tese.

Sem desconsiderar a importância do ambiente da sociedade (meio ambiente, seres humanos etc.), enfocamos o tema de pesquisa a partir das *comunicações*, isto é, das operações básicas dos sistemas sociais. Além disso, o objetivo do trabalho não foi apresentar contribuições *imediatas* para os debates jurídicos e normativos, mas, sim, oferecer *descrições empíricas e formulações teóricas* que contribuam para a ampliação dos conhecimentos disponíveis sobre o tema, especialmente no campo da sociologia do direito.

No entanto, em que pese o tradicional distanciamento da teoria dos sistemas em relação à prática, optamos por, sem descuidar da preocupação com a autonomia científica, desenvolver uma abordagem sociojurídica *responsiva*, isto é, preocupada com o *sentido prático* da sociologia do direito. A produção de novos conhecimentos nessa área apresenta o potencial de contribuir, ainda que de modo *indireto*, para desenvolvimentos na teoria do direito e na dogmática jurídica e, conseqüentemente, para a própria prática do direito.

⁶⁷⁴ KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Tradução Thiago Abreu e Lima Florencio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 165.

Além disso, o conhecimento produzido nesse campo também pode servir de *gatilho* (sob a forma de *irritação*) tanto para futuras pesquisas científicas em outras áreas, como a Economia, a Ciência Política, as Relações Internacionais, a Geografia e o Urbanismo, quanto para comunicações mais vinculadas diretamente a outros sistemas sociais, como a política, a economia e os movimentos sociais.

Contudo, a *responsividade sociológica* foi buscada principalmente a partir do desenvolvimento dos potenciais analíticos da própria teoria dos sistemas. Nesse caminho, destacamos a capacidade do referencial teórico para o desenvolvimento de pesquisas *críticas e empíricas*.

Mediante a realização de *observações de segunda ordem*, a pesquisa identificou diversas observações de primeira ordem em torno da área do financiamento habitacional. Essa *abordagem crítica* permitiu identificar as diferentes *lógicas* por trás das observações e operações nessa área.

Com base na noção de *tensão social*, analisamos os *conflitos* e as *harmonias* entre os sistemas do *direito* e da *economia* no SFH brasileiro, inclusive considerando o seu contexto global. Por meio dessa *perspectiva empírica*, buscamos também entender o papel do sistema *político* na configuração das tensões entre direito e economia presentes naquele setor.

No entanto, se ficasse apenas no nível dos sistemas funcionais do direito, da economia e da política, o trabalho pecaria pelo excesso de abstração. Assim, articulamos essa abordagem mais abstrata (inerente à perspectiva sistêmica tradicional) com desenvolvimentos recentes em torno da ideia de *posicionalidade*, que permitiram uma recalibração das lentes da teoria dos sistemas com o objetivo de analisar principalmente *sistemas organizacionais*.

Assim, por meio da observação de *discursos* e *posições sociais* em nível global e local, foi possível *reconstruir* algumas das importantes tensões entre direito e economia na área do financiamento habitacional. Esse processo de *reconstrução* foi realizado com base na fricção entre o trabalho de campo e os conceitos teóricos, isto é, entre a indução e a dedução. Por um lado, a pesquisa valeu-se de observações, entrevistas, conversas com informantes e análises de documentos. Por outro lado, recorremos às construções teóricas e conceituais ligadas tanto ao referencial teórico sistêmico quanto a outras perspectivas teóricas.

Nesse sentido, ao longo do trabalho, *reconstruímos* principalmente as posições sociais sistematizadas no quadro a seguir:

Quadro 8 – Posições sociais, âmbitos de atuação, exemplos e sistemas funcionais

Posições sociais	Âmbitos de atuação	Exemplos	Sistemas funcionais principais	Sistemas funcionais secundários
<i>Organizações político-econômicas</i>	Global	Banco Mundial, BID e OCDE	Política e economia	Ciência, educação, direito, meios de comunicação de massa
	Local	ABRAIN e SECOVI-SP		
<i>Organizações político-jurídicas</i>	Global	ONU, Agência Habitat e OEA	Política e direito	Ciência, educação, economia, meios de comunicação de massa
	Local	MTST e UNMP		

Nota: Elaboração do autor.

Essa abordagem de inspiração *sociolinguística* permitiu uma observação dos *discursos* que constituem (e, ao mesmo tempo, emergem de) algumas das principais *posições sociais* atuantes nas arenas do financiamento habitacional, em âmbito global e local. O quadro acima possibilita a identificação dos sistemas funcionais *principais* que, ao menos sob a perspectiva dos recortes e das lentes usadas por este trabalho, explicam a *lógica* por trás dos discursos daquelas posições sociais.

Os sistemas funcionais *secundários* elencados no quadro são meramente exemplificativos. As organizações costumam se valer do acesso àqueles sistemas de variadas formas, principalmente com o objetivo de produzir comunicações ligadas aos sistemas funcionais *principais*. Assim, por exemplo, pesquisas científicas, materiais didáticos, publicações na imprensa etc. podem servir aos fins políticos, jurídicos ou econômicos das posições sociais.

Por meio da adoção desses instrumentos analíticos, foi possível descrever o *financiamento habitacional*, para os fins deste trabalho, como um objeto de disputas e acomodações de discursos orientados tanto pela *lógica da economia* (acoplada à *lógica da política*) quanto pela *lógica do direito* (também acoplada à *lógica da política*).

A resposta ao problema de pesquisa que se construiu ao longo desta tese foi a de que *não* há uma *substituição* da *lógica da cidadania e dos direitos sociais* pela *lógica do mercado e do consumo* na área do SFH. Por outro lado, não se pode negar que há mudanças significativas no modo como essas lógicas convivem durante a evolução do SFH.

A partir da análise do caso brasileiro, no Capítulo 3, o financiamento habitacional foi identificado com a *função declarada* de promover a *inclusão* de pessoas nos sistemas da economia e do direito, como contratantes e proprietários.

Como a moradia é um dos fatores primordiais de *inclusão/exclusão* das pessoas nas/das cidades e, conseqüentemente, nos/dos sistemas sociais, o financiamento habitacional apresenta grande importância tanto para o ambiente humano da sociedade (sistema vivo e sistema psíquico) quanto para o próprio sistema da sociedade (sistema social). No entanto, a importância desse tipo de financiamento não está ligada apenas à *inclusão* dos que têm acesso à moradia pelo seu intermédio. Ela também se relaciona à *exclusão* daqueles que, apesar de muitas vezes contribuírem para as políticas habitacionais (com o pagamento de tributos e com a poupança compulsória de parte dos seus salários), não conseguem ter acesso ao referido financiamento.

Além disso, mesmo os incluídos em comunicações econômicas e jurídicas por meio do acesso ao financiamento habitacional nem sempre tiveram um adequado acesso às cidades e aos sistemas sociais. Em muitos casos, verificou-se um processo de *inclusão excludente* ou *inclusão na exclusão*, como no caso em que as moradias adquiridas estão situadas em locais distantes das organizações econômicas, educacionais, políticas, jurídicas etc.

Por outro lado, os excluídos do financiamento habitacional encontram outras formas de inclusão, como o mercado *informal* da habitação, cujo símbolo costuma ser a *favela* e os processos de *autoconstrução da moradia*. Em diversos casos, essa inclusão também representa múltiplas formas de exclusão, já que as zonas geográficas em que se situam essas moradias são, muitas vezes, marcadas, por exemplo, pelo *estigma social*, que pode dificultar o acesso ao mercado formal de trabalho, e pela *ausência do Estado de direito*, que pode representar a dificuldade de acesso até mesmo aos direitos civis mais básicos.

Desse modo, tanto o acesso ao mercado *formal* da habitação (principalmente por meio de financiamentos habitacionais) quanto ao mercado *informal* da habitação (sobretudo por meio do autofinanciamento e da autoconstrução) podem ser associados a uma *subinclusão* ou *subcidadania*. Em tais situações, a relevância comunicativa das pessoas está mais ligada à dimensão das *obrigações* do que ao acesso aos *direitos* inerentes à vida em sociedade.

A compreensão dos sucessos e insucessos do SFH brasileiro em sua tarefa de produzir *inclusão* passa pelo entendimento da sua relação com o sistema funcional da

economia e com o sistema organizacional bancário. O financiamento habitacional, principalmente no modelo que se desenvolve a partir de 1964, está diretamente ligado à *atividade econômica dos bancos*, que se baseia em *operações de pagamento*, seja ele realizado diretamente pelos adquirentes de imóveis, seja ele mediado pela atuação estatal.

Por outro lado, a habitação e o financiamento habitacional são objetos de disputas nas arenas *políticas* e *jurídicas*. Essas arenas são responsáveis, respectivamente, *pela tomada de decisões coletivamente vinculantes* e *pela estabilização de expectativas normativas* sobre os referidos temas. Dessa forma, as *decisões políticas e jurídicas* também contribuem para a compreensão das conquistas e falhas do SFH brasileiro.

Assim, nos Capítulos 4 e 5 nos debruçamos sobre as tensões entre a *lógica da economia* e a *lógica do direito*, respectivamente, na *sociedade mundial* e na *realidade brasileira*. Os entrecruzamentos dessas duas lógicas, frequentemente acompanhados pela *lógica da política*, foram identificados em *discursos* (e entre *discursos*) ligados às *posições sociais* globais e locais apresentadas no Quadro 8.

Como vimos no Capítulo 4, o SFH brasileiro está inserido no contexto da sociedade mundial, cuja recente intensificação é associada à semântica da *globalização*. A teoria dos sistemas ajuda a perceber as nuances desse processo, permitindo identificar as tensões em âmbito mundial de uma *globalização econômica* e uma *globalização jurídica*. Sob o referido prisma teórico, esses fenômenos podem ser descritos como tendências expansionistas dos sistemas funcionais da economia e do direito.

Nesse contexto, *organizações político-econômicas globais*, como o Banco Mundial, o BID e a OCDE, produzem discursos que, em linhas gerais, defendem *reformas nas políticas sociais* ligadas ao financiamento habitacional, notadamente nos países em desenvolvimento, como os latino-americanos. O objetivo dos estudos, relatórios e recomendações produzidos por essas organizações seria permitir um *funcionamento eficiente dos mercados* financeiro e imobiliário, o que traria reflexos positivos para os mais pobres, inclusive em relação ao acesso à habitação.

Em paralelo a essa tendência direcionada à busca por crescimento ou desenvolvimento econômico, identificamos os discursos produzidos por *organizações político-jurídicas globais*, como a ONU, a Agência Habitat e a OEA. Essas organizações elaboram normas, objetivos, compromissos e recomendações voltados tanto para a *inclusão social* quanto para a *efetividade econômica* das políticas habitacionais. Para tanto, encoraja-se o uso de *recursos públicos* para a promoção do acesso à habitação, inclusive em parcerias com a iniciativa privada. Em linhas gerais, verifica-se no centro desses

discursos a noção de *direito (humano) à habitação adequada* – meta cuja concretização deveria ser apoiada pelos Estados.

Como visto no Capítulo 5, *tensões* similares entre direito e economia podem ser identificadas na realidade brasileira. Uma tendência em direção à busca pela expansão da economia e pelo crescimento do direito também está presente no plano local.

A literatura mostra que, além de motivações de ordem política, os programas habitacionais brasileiros apresentariam ao longo da sua história uma clara *motivação econômica*. Apesar de geralmente destinar em sua *redação* a provisão habitacional para as classes populares, em grande medida, o SFH brasileiro privilegiou as empresas ligadas ao financiamento, à produção e à venda da habitação, bem como as classes médias (em razão da maior rentabilidade e do menor risco do investimento nesse estrato) e as regiões e estados com maior desenvolvimento econômico do país.

A história do financiamento habitacional brasileiro, ligada principalmente à produção e à venda da mercadoria *casa própria*, mostra que a lógica da inclusão pelo *mercado* e pelo *consumo* já estava presente mesmo na fase do *intervencionismo estatal*. Ainda que tenha sido reforçada na fase das *políticas neoliberais* (principalmente a partir da década de 1990) e mantida na fase da *retomada do ativismo estatal* (notadamente a partir de 2009), a referida lógica, em grande medida, guia a provisão habitacional brasileira desde a década de 1930.

Durante uma primeira etapa do período do *intervencionismo estatal* (entre 1930 e 1964), as carteiras imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP), que antecederam o SFH, já apresentavam *tensões* entre uma perspectiva *social* e uma perspectiva *econômica*. No caso dos IAPs, por exemplo, ao lado de condições favoráveis aos setores de renda mais baixa, havia também uma preocupação com a rentabilidade e o risco dos investimentos. Tais *tensões* foram reforçadas na segunda etapa desse período *intervencionista* (entre 1964 e 1985), quando a atribuição de enfrentar o problema habitacional foi transferida para o BNH.

Apesar de produzir uma quantidade de unidades habitacionais superior à observada na primeira etapa, essa segunda etapa revelou, ainda assim, uma clara *insuficiência quantitativa*, notadamente em relação às faixas de renda mais baixas, que são aquelas que mais sofrem com o problema habitacional. Grande parte da população brasileira precisou recorrer à autoconstrução e ao autofinanciamento da moradia (mercado *informal* da habitação).

Dentre os reflexos dessa histórica *insuficiência* da produção habitacional *formal* do país, desenvolveram-se *organizações político-jurídicas locais* (como a UNMP e o MTST), que, em alguma medida, disputam espaços políticos e recursos financeiros com *organizações político-econômicas locais* (como a ABRAINC e o SECOVI-SP). Essas são apenas algumas das posições sociais relevantes para a compreensão do SFH em âmbito local. Elas produzem discursos voltados, por exemplo, para a sensibilização de posições sociais ligadas ao Estado, aos tribunais e aos bancos.

Conforme analisado na Seção 5.1 deste trabalho, organizações empresariais nacionais, como a ABRAINC (que reúne as maiores construtoras e incorporadoras imobiliárias do país) apresentam um importante papel na formatação e evolução de políticas habitacionais. Por exemplo, essas organizações contratam estudos técnicos, promovem debates, atuam em diversos canais de participação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário etc., principalmente com a finalidade de atender aos interesses econômicos dos setores empresariais.

Contudo, como visto na Seção 5.2, as referidas organizações empresariais convivem em tensão com organizações de movimentos sociais nacionais, como a UNMP (que reúne uma série de movimentos sociais que lutam pela moradia popular no país). Esses movimentos também exercem um relevante papel na configuração e nos ajustes das referidas políticas públicas. Por exemplo, eles realizam ocupações e manifestações de protesto, mas também utilizam os canais de participação política e jurídica disponíveis. Observa-se também uma forte interlocução entre esses movimentos e alguns partidos políticos, assim como com intelectuais e acadêmicos socialmente engajados.

Entre conquistas simbólicas e efetivas dessas posições sociais, o SFH tem se desenvolvido no país, como mostram os números e as características atuais do PMCMV. Essa política pública, em alguma medida, pode ser observada como uma conquista tanto do setor empresarial quanto dos movimentos sociais, que tiveram, ainda que de modo parcial, suas demandas atendidas pelo Congresso Nacional, pelo Governo Federal e pela CEF, assim como pelos tribunais.

Há também insatisfação de ambos os lados. O equilíbrio entre *eficiência econômica* e *legitimidade ou justiça social* não é um objetivo de fácil alcance. Ao contrário do que os *slogans* conciliatórios do mercado (como o da campanha “Todos do Mesmo Lado”) tendem a indicar, o equacionamento dos diversos interesses em torno da moradia é um processo complexo e conflituoso. Ele revela inúmeras *tensões sociais*, tanto de

organizações locais entre si quanto destas com relação às organizações globais – que, por sua vez, também apresentam tensões entre si.

Por outro lado, um programa que, apesar das críticas que merece, contratou 3,6 milhões de unidades apenas entre 2009 e 2014, com 46% das famílias beneficiadas na faixa renda mensal de até R\$ 1.600,00 e um investimento de R\$ 225 bilhões, parece indicar que é possível chegar a denominadores comuns mínimos entre posições sociais em tensão. O número de cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho diretos ou indiretos na cadeia da construção em torno do PMCMV em 2013 tampouco é desprezível quando se observa o impacto social desse setor.

Entretanto, uma política pública que se desenvolve em paralelo aos avanços e recuos de um modelo de *direito negociado, pluralista e flexível* e de um tipo de *economia financeirizada, liberalizada e autorregulada* não está isenta de riscos e perigos. O presente trabalho buscou mapear algumas das potencialidades e dos reflexos positivos da tensão entre direito e economia na área do SFH, mas também alguns dos seus principais riscos e perigos. Daí a importância acenarmos para algumas reflexões que podem se desdobrar a partir desta tese.

Dentre as possibilidades de aprofundamento e desenvolvimento que este trabalho comporta, podemos destacar pesquisas que: i) destrinchem os diferentes modos como as tensões entre direito e economia desenvolvem-se em cada uma das organizações estatais, judiciais e bancárias responsáveis pela evolução do SFH brasileiro; ii) identifiquem distinções relevantes entre as diversas organizações político-econômicas e político-jurídicas que, direta ou indiretamente, participam da configuração e implementação da política habitacional do país; iii) sistematizem e situem teoricamente os reflexos nessa área dos rearranjos políticos posteriores ao *impeachment* de 2016 e às eleições de 2018; iv) repliquem a metodologia aqui desenvolvida em observações voltadas para outros direitos sociais e políticas públicas, mas também para outros sistemas funcionais e organizações; v) reflitam sobre formas de aliar a autonomia científica com o caráter prático do direito, inclusive mediante as várias possibilidades de união entre as atividades de pesquisa e de extensão universitária na área do SFH brasileiro.

A agenda de pesquisa sociojurídica que se abre nesse campo para os próximos anos é desafiadora. O presente trabalho oferece algumas contribuições que podem guiar as reflexões futuras. No entanto, ele certamente não apresenta o quadro completo do SFH brasileiro. Uma tese que se dirigiu para os discursos e lógicas em torno de posições sociais específicas ligadas ao SFH, mobilizando seleções metodológicas de caráter qualitativo e

uma epistemologia construtivista, está relativamente atenta à presença de pontos cegos nas observações que oferece.

Dentro dos seus limites, o trabalho ajuda a identificar algumas peças do quebra-cabeça do financiamento habitacional como forma de *inclusão/exclusão social* no Brasil e no mundo, assim como os sentidos de *habitação* e de *financiamento habitacional* que se desenvolvem em meio às múltiplas tensões entre direito e economia. Olhos acostumados com outras lentes ou guiados por outras seleções metodológicas podem encontrar outras peças e mesmo oferecer ajustes ao trabalho e à sua agenda de pesquisa. Esperamos que isso aconteça.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Anésio. Carta do Presidente. Uma revolução para desenvolver o mercado imobiliário. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA. **SFI: um novo modelo habitacional**. VIII Encontro da ABECIP, Brasília, nov. 1995.

ABREU FILHO, Gilberto Duarte. Um futuro de crescimento do crédito imobiliário. **Revista do SFI**, a. 22, n. 48, p. 65-66, 2018.

ACCA, Thiago dos Santos. **Teoria brasileira dos direitos sociais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ACOSTA, Claudia. **O programa federal brasileiro “Minha Casa, Minha Vida” é um regulador-sombra das normas urbanísticas municipais?** 2015. f. 107. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

AMATO, Lucas Fucci; BARROS, Marco Antonio Loschiavo Leme de (Orgs.). **Teoria crítica dos sistemas: crítica, teoria social e direito**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

ANDERSEN, Niels Åkerstrøm. Polyphonic Organisations. **Working Paper n. 13/2001**, Dec. 2001. Disponível em:
<<http://openarchive.cbs.dk/bitstream/handle/10398/6377/wp132001.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 20, p. 60-75, dez. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA. **Manual de Melhores Práticas ABECIP 2017**. Disponível em:
<<https://www.abecip.org.br/institucional-about-us/a-abecip>>. Acesso em: 20 dez. 2018

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA. **Origem e constituição**. Disponível em:
<<https://www.abecip.org.br/institucional-about-us/a-abecip>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA. **SFI: um novo modelo habitacional**. VIII Encontro da ABECIP, Brasília, nov. 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS. **Comitês**. Disponível em: <<https://www.abrainc.org.br/institucional/quem-somos/#comites>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS. **Guia ABRAINCC de Boas Práticas na Intermediação Imobiliária**. São Paulo: ABRAINCC, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS. **Guia ABRAINc de Boas Práticas no Canteiro de Obras**. Disponível em:

<<https://www.abrainc.org.br/estudos/2016/11/10/guia-abrainc-de-boas-praticas-no-canteiro-de-obras/>>. Acesso em: 2 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS. **Perfil Institucional da Abrainc**. Disponível em:

<<https://www.abrainc.org.br/institucional/perfil-institucional/>>. Acesso em 16 set. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo. **O ciclo da incorporação imobiliária**. Disponível em:

<<https://www.abrainc.org.br/estudos/2015/08/18/o-ciclo-da-incorporacao-imobiliaria/>>. Acesso em: 02 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS. **#Do Mesmo Lado**. Disponível em: <domesmolado.com.br>. Acesso em: 2 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Resultados Pesquisa AMB 2015**. A AMB quer ouvir você. Disponível em: <http://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Revista_Resultado_Pesquisa_AMB_2015_para_site-6.pdf>.

Acesso em: 3 dez. 2017.

ANDERSEN, Simon Calmar. How to improve the outcome of state welfare services. Governance in a systems-theoretical perspective. **Public Administration**, v. 83, n. 4, p. 891-907, 2005.

ARAGÃO, José Maria. **Sistema Financeiro da Habitação**: uma análise sócio-jurídica da gênese, desenvolvimento e crise do sistema. Curitiba: Juruá, 1999.

ARNAUD, André-Jean; DULCE, María José Fariñas Dulce. **Introdução à análise sociológica dos sistemas jurídicos**. Tradução Eduardo Pallew Wilson. Rio de Janeiro, Renovar, 2000.

ARNAUD, André-Jean. Prefácio. In: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (Org.). **Dicionário da globalização**. Direito. Ciência Política. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e poder**: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BACHUR, João Paulo. **Distanciamento e crítica**: limites e possibilidades da teoria de sistemas de Niklas Luhmann. 2009. Tese (Doutorado). f. 356. Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BACHUR, João Paulo. O Estado de bem-estar em Hayek e Luhmann. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2, p. 179-213, 2013.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia. Para além do Minha Casa Minha Vida: uma política habitacional de interesse social? **Texto para discussão n. 2116**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

BANCO MUNDIAL. **Documento Técnico 319**. O setor judiciário na América Latina e no Caribe: elementos para reforma. Tradução Sandro Eduardo Sardá. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1996.

BARBOSA, Samuel Rodrigues. Notas sobre o problema da acumulação literária e a contribuição de Tercio Sampaio Ferraz Jr. In: RODRIGUEZ, José Rodrigo; COSTA, Carlos Eduardo Batalha da Silva e; BARBOSA, Samuel Rodrigues (Coord.). **Formalismo, dogmática jurídica e estado de direito**: um debate sobre o direito contemporâneo a partir da obra de Tercio Sampaio Ferraz Jr. São Paulo: Direito GV, 2010.

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista de face a face. In: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Tradução Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BARROS, Marco Antonio Loschiavo Leme de. **Tribunais, complexidade e decisão**: o argumento consequencialista no direito brasileiro. 2018. Tese (Doutorado). f. 382. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Econômica. **Boletim de Ciências Econômicas**, v. XLIX, p. 57-77, 2006.

BESIO, Cristina; PRONZINI, Andrea. Inside Organizations and Out. Methodological Tenets for Empirical Research Inspired by Systems Theory. **Historical Social Research**, v. 36, n. 1, 2011.

BOLI, John; THOMAS, George M. World Culture in the World Polity: A Century of International Non-Governmental Organization. **American Sociological Review**, .v. 62, n. 2, p. 171-190, abr., 1997.

BOLSONARO, Jair Messias. Veja a íntegra dos dois discursos de Bolsonaro no dia da posse. **UOL**. São Paulo. 1 jan. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/em-2-discurso-bolsonaro-fala-em-acabar-com-ideologia-que-defende-bandido.htm>>. Acesso em 8 jan. 2019.

BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7 ed. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 2017.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008.

BOOZ & COMPANY. **O custo da Burocracia no Imóvel**. Disponível em: <<https://www.abrainc.org.br/estudos/2014/04/04/o-custo-da-burocracia-no-imovel/>>. Acesso em: 2 out. 2018.

BORA, Alfons. Capacidade de lidar com o futuro e responsabilidade por inovações – para o trato social com a temporalidade complexa. In: SCHWARTZ, Germano (Org.). **Juridicização das esferas sociais e fragmentação do direito na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

BORA, Alfons. Sociology of Law in Germany: Reflection and Practice. **Journal of Law and Society**, v. 43, n. 4, p. 619-646, Dec. 2016.

BORA, Alfons. Systems Theory, Discourse, Positionality – Towards a better understanding of the interior architecture of functional differentiation in sociological Systems Theory. Disponível em: <<https://pub.uni-bielefeld.de/download/1962867/2904489/Bora-Vortrag-Semantiktagung-englisch-2009-03-18.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017. Paper given at a **Systems theory seminar**, University College Cork, Ireland, Mar. 20, 2009.

BORA, Alfons; HAUSENDORF, Heiko. PARADYS - Participation and the Dynamics of Social Positioning. **Final Report to the European Commission**, Bielefeld and Bayreuth, July 30, 2004.

BORA, Alfons; HAUSENDORF, Heiko. Participation and beyond: dynamics of social positions in participatory discourse. In: BORA, Alfons; HAUSENDORF, Heiko (Ed.). **Democratic transgressions of law: governing technology through public participation**. Leiden: Brill, 2010.

BOULOS, Guilherme. Liberdades democráticas em risco: tentar calar oposições não é um caminho aceitável. **Opinião**. Folha de S. Paulo, 4 nov. 2018. Disponível em: <<https://folha.com/sa6d5lbu>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

BOULOS, Guilherme. **Por que Ocupamos?** Uma Introdução à luta dos sem-teto. 3. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BRAECKMAN, Antoon. Niklas Luhmann's systems theoretical redescription of the inclusion/exclusion debate. **Philosophy & Social Criticism**, v. 32, n. 1, p. 65-88, 2006.

BRAGA, Rubem. O sono. In: BRAGA, Rubem. **A borboleta amarela (Crônicas)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.

BRAITHWAITE, John. Restorative justice for banks through negative licensing. **The British Journal of Criminology**, v. 49, p. 439-450, 2009.

BRASIL. Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal; Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados. **Avaliação de políticas públicas: Programa Minha Casa Minha Vida**. Out. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/informativos/avaliacao-de-politicas-publicas-programa-minha-casa-minha-vida-feff>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 26 dez 2016.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 1.749, de 28 de junho de 1937**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1749-28-junho-1937-345513-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 02 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 9.777, de 6 de setembro de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9777.htm>. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 30.544, de 14 de fevereiro de 1952**. Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30544-14-fevereiro-1952-340000-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BRASIL. **Dossiê do Projeto de Emenda à Constituição nº 601/1998**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=25007>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BRASIL. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Pesquisas. **FGTS: uma política de bem-estar social**, por Wanderly J. M. de Almeida e José Luiz Chautard. Rio de Janeiro: IPEA, 1976.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1435, de 30 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre os regimes especiais de pagamento unificado de tributos aplicáveis às incorporações imobiliárias, às construções de unidades habitacionais contratadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e às construções ou reformas de estabelecimentos de educação infantil. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=48915&visao=anotado>>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras

providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997**. Dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9514.htm>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004**. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 09 abr. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação**. Versão para debates. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN**. Atualização – Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura. **PAC**. 7º Balanço (2015-2018). Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.067.237 – SP (2008/0115986-1)**. Relator: Luis Felipe Salomão, 24 de jun. 2009. Disponível: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.163.283 – RS (2009/0206657-6)**. Relator: Luis Felipe Salomão, 07 de abr. de 2015. Disponível: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.443.870 – PE (2014/0064246-8)**. Relator: Ricardo Villas Bôas Cueva, 22 de out. 2014. Disponível: <<http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Revista de Recursos Repetitivos do Superior Tribunal de Justiça**: organização sistemática. Vol. 1 (2018). Brasília: STJ, 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Resolução nº 22, de 16 de novembro de 2000**. Disponível em: <<https://biblioteca.trf4.jus.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Resolução nº 97, de 19 de novembro de 2004**. Dispõe sobre a criação da Vara Federal do Sistema Financeiro da Habitação de Porto Alegre e a especialização de varas em matéria tributária na Subseção Judiciária de Porto Alegre, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/leg_normas_adm/res9704.pdf>. Acesso em 18 dez. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O surgimento do Estado republicano. **Lua Nova**, São Paulo, n. 62, p. 131-150, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Cooperativas de habitação no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cláusulas Gerais do Instrumento Particular de Doação com Encargo, de Imóvel Residencial no PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Contrato de Compra e Venda de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no Sistema Financeiro da Habitação com Cancelamento de Ônus – Carta de Crédito Individual FGTS/Programa Minha Casa Minha Vida – CCFGTS/PMCMV – SFH**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Instrumento Particular de Venda e Compra de Imóvel, com Parcelamento e Alienação Fiduciária em Garantia no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Recursos FAR**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 30 out. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida – Habitação Urbana**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana>>. Acesso em: 30 out. 2018).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Resposta ao Pedido de Acesso à Informação nº 80200001272201847**. Solicitante: Gabriel Ferreira da Fonseca. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União. Data da resposta: 23 nov. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Resposta ao Pedido de Acesso à Informação nº 99902002084201857**. Solicitante: Gabriel Ferreira da Fonseca. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União. Data da resposta: 31 dez. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Resposta ao Pedido de Acesso à Informação nº 99902002024201834**. Solicitante: Gabriel Ferreira da Fonseca. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União. Data da resposta: 14 dez. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Resposta ao Recurso de 1º Instância no Pedido de Acesso à Informação nº 99902001881201817**. Solicitante: Gabriel Ferreira da Fonseca. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União. Data da resposta: 08 nov. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Resposta ao Recurso de 2º Instância no Pedido de Acesso à Informação nº 99902002024201834**. Solicitante: Gabriel Ferreira da Fonseca. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União. Data da resposta: 28 dez. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Sobre a Caixa**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. A exclusão é contagiante; a inclusão, não. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2014. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-exclusao-e-contagante-a-inclusao-nao-imp-1507595>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assessoria jurídica popular: falsa promessa? In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e diferenciação social**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Concorrência: entre o Direito e a Economia. In: MOTTA, Massimo; SALGADO, Lúcia Helena. **Política de concorrência**: teoria e prática e sua aplicação no Brasil. Tradução Lúcia Helena Salgado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Função social do notariado**: eficiência, confiança e imparcialidade. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Interpretação do Direito e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Kelsen, o positivismo e o ensino do direito nos anos 70. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e diferenciação social**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Os desafios do judiciário: um enquadramento teórico. In: FARIA, José Eduardo (org.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. 1. ed. 5. tir. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Os tribunais e o sistema jurídico. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e diferenciação social**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Pequena apresentação histórica do direito brasileiro. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e diferenciação social**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Política, sistema jurídico e decisão judicial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAPPI, Riccardo. A “teorização fundamentada nos dados”: um método possível na pesquisa empírica em direito. In: MACHADO, Máira Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

CARDOSO, Adauto Lucio. Direito à Cidade e o Direito à Moradia: da República ao Banco Nacional de Habitação. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; NOVAES, Patrícia Ramos; LACERDA, Larissa; WERNECK, Mariana (Org.). **Políticas públicas e direito à cidade**: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CARVALHO, Claudio; RIBEIRO, Guilherme; RODRIGUES, Raoni. **Em busca da cidade**: a luta pela moradia adequada como força motriz da reforma urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASSESE, Sabino. **A crise do Estado**. Tradução Ilse Paschoal Moreira e Fernanda Landucci Ortale. Campinas: Saberes, 2010.

CAVALCANTI, Nicolau da Rocha. O poder judiciário e o crédito imobiliário: uma defesa do princípio da proporcionalidade econômica. In: CAVALCANTI, Nicolau da Rocha; RIBEIRO, Ivan César. **Crédito imobiliário**. São Paulo: Instituto Tendências de Direito e Economia, 2005.

CHARMAZ, Kathy. [Expert voice]. In: BEKER, Sarah Elsie; EDWARDS, Rosalind. How many qualitative interviews is enough. **Discussion Paper**. NCRM. (Unpublished). Disponível em: <<http://eprints.ncrm.ac.uk/2273/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamá, 1996.

CHESNAIS, François. La lucha de clases en Europa las raíces de la crisis económica mundial. **Revista Herramienta**, n. 49, v. XVI, mar. 2012.

CHESNAIS, François. **Tobin or not Tobin?** Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. Tradução Maria Teresa Van Acker. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CHEVALLIER, Jacques. **O Estado Pós-Moderno**. Tradução Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CHILTON, Adam S.; VERSTEEG, Mila. Rights Without Resources: The Impact of Constitutional Social Rights on Social Spending. **University of Chicago Public Law & Legal Theory Paper Series**, n. 598, 2016.

CORREIA, José Gladston Viana. **Sociologia dos direitos sociais**: escassez, justiça e legitimidade. São Paulo: Saraiva, 2014.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos Bancos**. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

COUTINHO, Diogo R. **Direito econômico e desenvolvimento democrático**: uma abordagem institucional. Tese (Concurso de Professor Titular). Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2014.

CUNHA, Sebastião Moraes da. **Sistema financeiro da habitação**: uma benção ou maldição? 12. ed. São Paulo: Scortecci, 2008.

DANTAS, Maria Eduarda Borba. **Constitucionalismo periférico e teoria dos sistemas sociais**: Por uma interpretação pós-colonial da tese da constitucionalização simbólica. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

DE GIORGI, Raffaele. O futuro do trabalho e o seu direito. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 52-72, 2017.

DE GIORGI, Raffaele. O risco na sociedade contemporânea. Tradução Cristiano Paixão, Daniela Nicola e Samantha Dobrowolski. In: DE GIORGI, Raffaele. **Direito, democracia e risco** – vínculos com o futuro. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

DE GIORGI, Raffaele. Periferias da modernidade. **Revista Direito Mackenzie**, v. 11, n. 2, p. 39-47, 2017.

DENARDI, Volnei Luiz. **Execuções judicial e extrajudicial no Sistema Financeiro da Habitação**: Lei 5.741/1971 e Decreto-lei 70/1966. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DUTRA, Roberto. Diferenciação funcional e a sociologia da modernidade brasileira. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 34, p. 77-109, set./dez. 2016.

DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo. Apresentação. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ELIOT, Thomas Dawes. Tensions. In: FAIRCHILD, Henry Pratt (Ed.). **Dictionary of Sociology**. New York: Philosophical Library, 1944.

ELMAUER, Douglas. **O direito na teoria crítica dos sistemas**: da justiça autossubversiva à crítica imanente do direito. 2015. Dissertação (Mestrado). f. 316. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ELMAUER, Douglas. Revisitando os limites e possibilidades do transconstitucionalismo: o atual horizonte de tendências e contra-tendências do modelo. In: CALABRIA, Carina; PALMA, Maurício (Org.). **Fugas e variações sobre o transconstitucionalismo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

ESPOSITO, Elena. Critique without crisis: Systems theory as a critical sociology. **Thesis Eleven**, v. 143, n.1, p. 18-27, 2017.

FARIA, José Eduardo. A Constituinte e suas condições de eficácia. In: FARIA, José Eduardo (org.). **A crise do direito numa sociedade em mudança**. Editora Universidade de Brasília, 1988.

FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. O papel do direito na construção do desenvolvimento. In: FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. **Baú de ossos de um sociólogo do direito**. Curitiba: Juruá, 2018.

FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. Poucas certezas e muitas dúvidas: o direito depois da crise financeira. In: FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. **Baú de ossos de um sociólogo do direito**. Curitiba: Juruá, 2018.

FARIA, José Eduardo. **O Brasil pós-constituinte**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FARIA, José Eduardo. **O Estado e o direito depois da crise**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FARIA, José Eduardo. **Sociologia jurídica**: direito e conjuntura. São Paulo: Saraiva, 2008.

FEBBRAJO, Alberto. **Sociologia do constitucionalismo**: constituição e teoria dos sistemas. Tradução Sandra Regina Martini. Curitiba: Juruá, 2016.

FEBBRAJO, Alberto; TEUBNER, Gunther. Autonomy and regulation in the autopoietic perspective: an introduction. In: FEBBRAJO, Alberto; TEUBNER, Gunther. **State, law, and economy as autopoietic systems**: regulation and autonomy in a new perspective. Milan: Dott. A. Gouffrè Editore, 1992.

FERREIRA, Fernanda Busanello. **O grito!:** dramaturgia e função dos movimentos sociais de protesto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. **Cálculos no sistema financeiro da habitação.** 1. ed. 2. tir. Curitiba: Juruá, 1999.

FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. **Cálculos no sistema financeiro da habitação.** 13. ed. 4. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

FISCHER-LESCANO, Andreas. A teoria crítica dos sistemas da escola de Frankfurt. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 163-177, mar. 2010.

FISCHER-LESCANO, Andreas. **Força de Direito.** Tradução Maurício Palma, Pedro Henrique Ribeiro e Iasmin Góes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FISCHER-LESCANO, Andreas; MÖLLER, Kolja. **Luta pelos direitos sociais globais: o delicado seria o mais grosseiro.** Tradução Carolina Alves Vestena e Guilherme Leite Gonçalves. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FISHER, Galen M. Social tension. In: FAIRCHILD, Henry Pratt (Ed.). **Dictionary of Sociology.** New York: Philosophical Library, 1944.

FONSECA, Gabriel Ferreira da. **A interpretação jurídica no Estado Regulador:** da legislação racional à administração/jurisdição eficiente. 2016. Dissertação (Mestrado). f. 153. Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FONSECA, Gabriel Ferreira da. **Interpretação jurídica no Estado Regulador:** observações à luz da teoria dos sistemas e da teoria do direito. Curitiba: Juruá, 2016.

FONSECA, Gabriel Ferreira da; BARROS, Marco Antonio Loschiavo Leme de. Observando as organizações de pesquisa em direito no Brasil: as agendas de pesquisa empírica de base sistêmica na pós-graduação. In: CONGRESSO DA ABRASD, 9., 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2018.

FRANCISCO, Luiz. Muro isola 10 mil favelados do aeroporto de Salvador. **Cotidiano.** Folha de S. Paulo, 05 mai. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u11452.shtml>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Análise dos efeitos econômicos e financeiros dos distratos nas compras de imóveis residenciais na planta sobre as empresas incorporadoras.** Relatório técnico contratado pela Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC. 30 out. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Caracterização, Mapeamento e Cenários para a Demanda Habitacional no Brasil.** Relatório Técnico contratado pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – Secovi-SP. 6 abr. 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018.

GARCIA, Margarida. Novos Horizontes Epistemológicos para a Pesquisa em Direito: “Descentrar” o Sujeito, “Entrevistar” o Sistema e Dessubstancializar as Categorias Jurídicas. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, p. 182-209, jan. 2014.

GODOY, Luciano de Souza. **O direito à moradia e o contrato de mútuo imobiliário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOMES, Aline Viotto. **Direito e financiamento**: as transformações regulatórias na passagem do sistema financeiro de habitação para o sistema de financiamento imobiliário. 2015. Dissertação (Mestrado). f. 138. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOMES, Iuri de Castro. Advogado da Caixa Econômica Federal: entre o público e o privado. **Revista de Direito da ADVOCEF**, v. XII, n. 24, p. 95-110, mai. 2017.

GONÇALVES, Guilherme Leite. **Direito entre certeza e incerteza**. Horizontes críticos para a teoria dos sistemas. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Pós-colonialismo e teoria dos sistemas: Notas para uma agenda de pesquisa sobre o direito. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Autopoiese do Direito na Sociedade Pós-Moderna**: introdução a uma teoria social sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

G1. Traficantes espalham clima de terror em comunidade de Salvador. **Violência**. Globo, 24 jan. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL272146-5598,00-TRAFICANTES+ESPALHAM+CLIMA+DE+TERROR+EM+COMUNIDADE+DE+SALVADOR.html>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: edições Loyola, 2014.

HEINTZ, Bettina; WERRON, Tobias. Wie ist Globalisierung möglich? Zur Entstehung globaler Vergleichshorizonte am Beispiel von Wissenschaft und Sport. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 63, n. 3, p. 359–394, 2011.

HEREDA, Jorge. Entrevista: Jorge Hereda. Muito além da meta de 1 milhão de novas moradias. **Conjuntura da construção**, p. 7-9, dez. 2009.

HØJLUND, Holger. Hybrid inclusion – the new consumerism of Danish welfare services. **Journal of European Social Policy**, v. 19, n. 5, p. 421-431, 2009.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução Claudio Carina. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUTTER, Michael. How the economy talks the law into co-evolution: an exercise in autopoietic social theory. In: TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (Eds.). **State, law and economy as autopoietic systems**. Regulation and autonomy in a New perspective. Milan: Giuffrè, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

INSTITUTO TENDÊNCIAS DE DIREITO E ECONOMIA. Prefácio. In: CAVALCANTI, Nicolau da Rocha; RIBEIRO, Ivan César. **Crédito imobiliário**. São Paulo: Instituto Tendências de Direito e Economia, 2005.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Reforming Latin American housing markets**: a guide for policy analysis. IDB, 2004.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **A sociologia do direito no Brasil**: introdução ao debate atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1993.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Tradução Thiago Abreu e Lima Florencio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KEUNE, Maarten; MARGINSON, Paulo. Transnational Industrial Relations as Multi-Level Governance: Interdependencies in European Social Dialogue. **British Journal of Industrial Relations**, v. 51, n. 3, p. 473-497, 2013.

KJAER, Poul F; TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (eds.). **The Financial Crisis in Constitutional Perspective**: The Dark Side of Functional Differentiation. Oxford: Hart, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **Estratégias do planejamento social no Brasil**. São Paulo: CEBRAP, 1971.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo Ed. 34, 2009.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA NETO, Vicente Correia. Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional? **Texto para discussão 1853**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

LADEUR, Karl-Heinz. The emergence of global administrative law and the evolution of general administrative law. **SelectedWorks**, Sep., 2010.

LANGE, Bettina. Understanding Regulatory Law: Empirical Versus Systems-theoretical Approaches? **Oxford Journal of Legal Studies**, v. 18, Oct. 1998.

LANGE, Stefan; SCHIMANK, Uwe. A Political Sociology for Complex Societies: Niklas Luhmann. In: NASH, Kate; SCOTT, Alan (Ed.). **The Blackwell companion to political sociology**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell Publishing, 2004.

LAPORTA, Francisco J. El precio de los derechos. **El País**, Opinión, 29 fev. 2008. Disponível em: <http://elpais.com/diario/2008/02/29/opinion/1204239604_850215.html>. Acesso em: 26 dez. 2016.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. **Redes contratuais no mercado habitacional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

LEYDESDORFF, Loet. Luhmann Reconsidered: Steps Towards an Empirical Research Programme in the Sociology of Communication? In: Colin Grant (ed.), **Beyond Universal Pragmatics**: Essays in the Philosophy of Communication. Oxford: Peter Lang, 2010.

LIMA, Fernando Riste de Sousa. **Saúde e Supremo Tribunal Federal**. Curitiba: Juruá, 2015.

LIMA NETO, Vicente Correia; KRAUSE, Cleandro; FURTADO, Bernardo Alves. O *deficit* habitacional intrametropolitano e a localização de empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida: mensurando possibilidades de atendimento. **Texto para discussão n. 2044**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

LOBÃO, Marcelo Meireles. Reflexões sobre a conciliação nos processos envolvendo o SFH. **Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região**, v. 24, n. 8, p. 31-36, ago., 2012.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direitos sociais**: teoria e prática. São Paulo: Método, 2006.

LUHMANN, Niklas; DE GIORGI, Raffaele. Centro de Estudos do Risco. In: DE GIORGI, Raffaele. **Direito, democracia e risco** – vínculos com o futuro. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

LUHMANN, Niklas. Communication about law in interaction systems. In: KNORR-CETINA, Karin.; CICOUREL, Aaron. V. (Ed.). **Advances in social theory and Methodology**: Toward an integration of micro- and macro-sociologies. Routledge & Kegan Paul: Boston, London e Henley, 2015.

LUHMANN, Niklas. **¿cómo es posible el orden social?** Traducción de Pedro Morandé Court. México: Herder, 2010.

LUHMANN, Niklas. **Ecological communication**. Translated by John Bednarz Jr. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

LUHMANN, Niklas. Economia e diritto. Problemi di collegamento strutturale. In: Centro nazionale di prevenzione e difesa sociale (org.). **L'informazione nell'economia e nel diritto**. Congresso Internazionale, Milano, 30-31 mar. 1989.

LUHMANN, Niklas. **El derecho de la sociedad**. Traducción de Javier Torres Nafarrate. Ciudad de México: Herder; Universidad Iberoamericana, 2005.

LUHMANN, Niklas. En el ocaso de la sociología crítica. **Sociológica**, n. 20, a. 7, set./dez. 1992.

LUHMANN, Niklas. Entrevista realizada no dia 5.9.1994 em Foz do Iguaçu, PR. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Autopoiese do Direito na Sociedade Pós-Moderna**: introdução a uma teoria social sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

LUHMANN, Niklas. Entrevista realizada no dia 7.12.1993, em Recife, PE. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Autopoiese do Direito na Sociedade Pós-Moderna**: introdução a uma teoria social sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

LUHMANN, Niklas. “Do que se trata o caso” e “o que se esconde por detrás”: as duas sociologias e a teoria da sociedade. In: LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUHMANN, Niklas. Inclusão e exclusão. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LUHMANN, Niklas. Interaction, Organization and Society. In: LUHMANN, Niklas. **The differentiation of society**. Translated by Stephen Holmes and Charles Larmore. New York: Columbia University Press, 1982.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUHMANN, Niklas. **La ciencia de la sociedad**. Traducción Silvia Pappe, Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura. Ciudad de México, Guadalajara, Barcelona: Universidad Iberoamericana, ITESO, Editorial Anthropos, 1996.

LUHMANN, Niklas. **La economía de la sociedad**. Traducción de Aldo Mascareño. Ciudad de México: Herder, 2017.

LUHMANN, Niklas. La economía de la sociedad como sistema autopoietico. **Revista Mad – Universidad de Chile**, n. 29, set. 2013.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. Traducción de Javier Torres Nafarrate. México: Herder, 2007.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Tradução Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

LUHMANN, Niklas. Notas biográficas sobre Luhmann [entrevista]. In: LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUHMANN, Niklas. Novos desenvolvimentos na teoria dos sistemas. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (Org.). **Niklas Luhmann: a nova Teoria dos Sistemas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Goethe-Institute/ICBA, 1997.

LUHMANN, Niklas. O conceito de sociedade. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. **Niklas Luhmann: a nova Teoria dos Sistemas**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997.

LUHMANN, Niklas. **Organización y decisión**. Traducción de Darío Rodríguez Mansilla. México: Universidad Iberoamericana, 2010.

LUHMANN, Niklas. Politics and economy. **Thesis Eleven**, v. 53, n. 1, 1998.

LUHMANN, Niklas. Por que uma “teoria dos sistemas”? In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (Org.). **Niklas Luhmann: a nova Teoria dos Sistemas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Goethe-Institute/ICBA, 1997.

LUHMANN, Niklas. Prefácio à edição alemã. In: NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro**. Tradução Antônio Luz Costa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

LUHMANN, Niklas. **Sistema Jurídico y Dogmática Jurídica**. Traducción de Ignacio de Otto Pardo. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral**. Tradução Antonio C. Luz Costa, Roberto Dutra Torres Junior e Marco Antonio dos Santos Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LUHMANN, Niklas. Sobre o conceito de classe social. In: LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática**: vol. I, estrutura social e semântica. Tradução Patrícia da Silva Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LUHMANN, Niklas. Sobre os fundamentos teórico-sistêmicos da teoria da sociedade. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (Org.). **Niklas Luhmann: a nova Teoria dos Sistemas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Goethe-Institute/ICBA, 1997.

LUHMANN, Niklas. **Sociología del riesgo**. Traducción de Silvia Pappe, Brunhilde Erker, Luis Felipe Segura, Javier Torres Nafarrate. México: Universidad Iberoamericana, 1992.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito I**. Tradução Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas e movimentos de protesto – uma entrevista**. Tradução Bianca Damin Tavorari e José Gladston Correia. No prelo.

LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática**: vol. I, estrutura social e semântica. Tradução Patrícia da Silva Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LUHMANN, Niklas. **Teoría política en el Estado de Bienestar**. Traducción de Fernando Vallespín. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

LUHMANN, Niklas. The Autopoiesis of Social Systems. In: LUHMANN, Niklas. **Essays on self-reference**. New York: Columbia University Press, 1990.

MACHADO, Maíra Rocha. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MADDEN, David; MARCUSE, Peter. **In defense of housing**: the politics of crisis. London e New York: Verso, 2016.

MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. O percurso intelectual e acadêmico de Leonel Severo Rocha. In: BARRETO, Vicente de Paulo; DUARTE, Francisco Carlos; SCHWARTZ, Germano (Org.). **Direito da sociedade policontextual**. Curitiba: Appris, 2013.

MAHER JUNIOR, James Patrick. **Instrumentos de financiamento a programas habitacionais de locação social**: desafios e oportunidades. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2015.

MANTOUVALOU, Virginia. The case for social rights. In: GEARTY, Conor; MANTOUVALOU, Virginia. **Debating social rights**. Oxford: Hart Publishing, 2010.

MARCHESINI JUNIOR, Waterloo. **A propriedade, o mútuo e a hipoteca no Sistema Financeiro da Habitação**. Curitiba: Juruá, 1992.

MARICATO, Erminia. Apresentação. In: ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2014.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARICATO, Erminia. Cidades e luta de classes no Brasil: O urbano da conjuntura do início do século XXI. In: MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: Do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class and other essays**. Cambridge: University Press, 1950.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MASCAREÑO Aldo; CARVAJAL, Fabiola. Los distintos rostros de la inclusión. **Revista CEPAL**, n. 116, p. 131-146, 2015.

MASCAREÑO, Aldo. Introducción. In: LUHMANN, Niklas. **La economía de la sociedad**. Ciudad de México: Herder, 2017.

MASCAREÑO, Aldo. Sociología del método: La forma de la investigación sistémica. **Iberoforum**, t. 3, v. 2, p. 1-41, 2007.

MASCAREÑO, Aldo. The Ethics of the Financial Crisis. In: KJAER, Poul F; TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (eds.). **The Financial Crisis in Constitutional Perspective: The Dark Side of Functional Differentiation**. Oxford: Hart, 2011.

MEDA, Ana Paula; BERNARDI, Renato. Direito fundamental à moradia e a sentença T-025/2004 da Corte Constitucional da Colômbia: Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 2, n. 1, p. 280-299, jan./jun., 2016.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de; DEOS, Simone. O papel dos bancos públicos e a experiência brasileira recente. In: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de (org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MINHOTO, Laurindo Dias; GONÇALVES, Guilherme Leite. Nova ideologia alemã? A teoria social envenenada de Niklas Luhmann. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 21-43, Dez. 2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Resposta ao Pedido de Acesso à Informação nº 80200001314201840**. Solicitante: Gabriel Ferreira da Fonseca. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União. Data da resposta: 26 nov. 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Resposta ao Pedido de Acesso à Informação nº 80200001318201828**. Solicitante: Gabriel Ferreira da Fonseca. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União. Data da resposta: 27 nov. 2018.

MONTEAGUDO, Jorge Galindo. La teoría sistémica de la sociedad de Niklas Luhmann: Alcances y Límites. In: LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. Traducción de Javier Torres Nafarrate. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo?** A questão fundamental da democracia. Tradução Peter Naumann. 3. ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2003.

NABAIS, José Casalta. A face oculta dos direitos fundamentais: os deveres e os custos dos direitos. **Revista Direito Mackenzie**. V. 3, n. 2, p. 9-30, 2002. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/7246/4913>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

NASSAR, Paulo André Silva. **Judicialização do direito à moradia e transformação social**: análise das ações civis públicas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado). f. 134. Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

NEVES, Marcelo. A Constituição e a esfera pública – Entre diferenciação sistêmica, inclusão e reconhecimento. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica**: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro. Tradução Antônio Luz Costa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

NEVES, Marcelo. Entre Subintegração e Sobreintegração: A Cidadania Inexistente. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 37, n. 2, p. 253-275, 1994.

NEVES, Marcelo. **Entre Têmis e Leviatã**: uma relação difícil: o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas. Tradução do autor. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

NEVES, Marcelo. Ideias em outro lugar? Constituição liberal e codificação do direito privado na virada do século XIX para o século XX no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 5-27, 2015.

NEVES, Marcelo. Pesquisa interdisciplinar no Brasil: o paradoxo da interdisciplinaridade. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica: RIHJ**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, jan/dez. 2005.

NEVES, Marcelo. **Transconstitucionalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

NEVES, Rogério Telles Correia das. **A política de crédito imobiliário na efetivação do direito à moradia**: um ensaio de aplicação da análise jurídica da política econômica. Dissertação (Mestrado). f. 205. Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

NILDÃO (org.). **Lage, 40 anos de humor**. Salvador: Nildão Design, Comunicação e Produção, 2017.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da 'sociedade do trabalho'. Volume II – Perspectivas. Tradução Gustavo Bayer e Margit Martincic. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, Luciano. A pesquisa sociojurídica: indicações. In: OLIVEIRA, Luciano. **Manual de Sociologia Jurídica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Ago. 2019. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 13 out. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Economic Policy Reforms 2013: Going for Growth**. OECD Publishing, 2013.

PARSONS, Talcott. Full Citizenship for the Negro American? A Sociological Problem. **Daedalus**, v. 94, n. 4, p. 1009-1054, 1965.

PARSONS, Talcott. **The system of modern societies**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1971.

PATERSON, John; TEUBNER, Gunther. Changing Maps: Empirical Legal Autopoiesis. **Social and Legal Studies**, v. 7, n. 4, p. 451-486, 1998.

PEREIRA, João Maurício Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 260-282, jul.-dez., 2010.

PHANG, Sock-Yong. **Housing Finance Systems: Market Failures and Government Failures**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

PIRES, Álvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PIRES, Álvaro. Sobre direito, ciências sociais e os desafios de navegar entre esses dois mundos: uma entrevista com Álvaro Pires. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. v. 2, n. 1, p. 226-248, jan. 2015.

POCHMANN, Marcio et. al. (org.). **Atlas da exclusão social, volume 5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

POSNER, Eric A.; SYKES, Alan O. **Economic foundations of international law**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2012.

POSNER, Eric A. **The Twilight of Human Rights Law**. New York: Oxford University Press, 2014.

PREUSS, Ulrich K. The Concept of Right and the Welfare State. In: TEUBNER, Gunther (Ed.). **Dilemmas of Law in the Welfare State**. Berlin; New York: de Gruyter, 1986.

PUCCI, Rafael Diniz. Governança ambiental e sistema financeiro internacional: significantes e significados de complexa comunicação na agenda contemporânea. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 641-673, mai. 2016.

RAMOS, Luciana de Oliveira (coord.). **Relatório ICJBrasil**. 1º semestre 2017. FGV Direito SP. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19034/Relatorio-ICJBrasil_1_sem_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jan. 2018.

REDAÇÃO. Gerente de quadrilha no Planeta dos Macacos é preso pela PM. **Salvador**. Correio 24 horas, 24 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/gerente-de-quadrilha-no-planeta-dos-macacos-e-preso-pela-pm/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

REDAÇÃO. Polícia prende o líder do tráfico na invasão Planeta dos Macacos. **Salvador**. Correio 24 horas, 15 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/policia-prende-o-lider-do-trafico-na-invasao-planeta-dos-macacos/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

REDAÇÃO. Quatro homens são mortos após confronto com a PM no Planeta dos Macacos. **Salvador**. A Tarde 18 nov. 2017. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1913176-quatro-homens-sao-mortos-apos-confronto-com-a-pm-no-planeta-dos-macacos>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

REZENDE, Teotonio Costa. É imprescindível preservar os marcos regulatórios do crédito imobiliário. **Revista do SFI**. a. 21, n. 46, p. 22-28, 2017.

ROCHA, Márcio Antônio. **Sistema Financeiro da Habitação** – Soluções jurídicas e proposições para o futuro. Curitiba: Juruá, 2008.

RODRIGUES, Luiza Betina Petroll. **Crédito para habitação no Brasil: histórico e desafios**. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Mudanças no FGTS e no Minha Casa Minha Vida: e os mais pobres?** **Yahoo Notícias**, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/mudancas-no-fgts-e-no-minha-casa-minha-vida-e-os-mais-pobres-005606653.html>>. Acesso em: 22 set. 2018.

ROLNIK, Raquel. Neoliberalismo reciente: la financialización de la vivienda propia y el derecho a la vivienda. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 1, n. 24, p. 95-104, jan. 2014.

ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 2009. Tese (Doutorado). f. 193. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2014.

SALOMÃO, Luis Felipe. Questão de ordem. In: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.067.237 – SP (2008/0115986-1)**, Min. Relator Luis Felipe Salomão, data de julgamento: 24 jun. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos**: sociologia crítica do direito, parte 1. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Erivaldo Ribeiro dos. A conciliação nas causas do sistema financeiro da habitação. **Revista CEJ**, Brasília, v. 8, n. 24, p. 9-12, jan./mar., 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed., 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada**: o Caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHAPIRO, Mario. Alternativas Regulatórias e Governança do Desenvolvimento.

Working Paper. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13936>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SCHIRMER, Werner; DIMITRIS, Michailakis. The Luhmannian approach to exclusion/inclusion and its relevance to Social Work. **Journal of Social Work**, v. 15, n. 1, p. 45-64, 2015.

SCHMITT, Carl. Appropriation/Distribution/Production: Toward a proper formulation of basic question of any social and economic order. **Portal Geopolitika.ru**. Disponível em: <<https://www.geopolitika.ru/en/article/appropriationdistributionproduction-toward-proper-formulation-basic-questions-any-social-and>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

SILVA, Artur Stamford. Sociologia da decisão jurídica: pesquisa qualitativa sobre a semântica social da comunidade jurídica. In: SILVA, Artur Stamford. **Sociologia do direito: na prática da teoria**. Curitiba: Juruá, 2007.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO – SECOVI-SP. **Secovi Debate**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/secovisp/videos/334114497394665/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Parcerias Público-Privadas na construção civil**. Volume 2: PPPs em Habitação. São Paulo: SindusCon, 2017.

SOARES, Antônio Mateus. Habitação popular em Salvador-BA no final do século XX: arquitetura e insustentabilidade social do projeto. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.23, n.32, p. 115-135, 1º sem. 2016.

SOUZA, Jessé. Niklas Luhmann, Marcelo Neves e o “culturalismo cibernético” da moderna teoria sistêmica. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

STICHWEH, Rudolf. Inclusão/exclusão, diferenciação funcional e a teoria da sociedade mundial. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (Org.). **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 85-102, jun. 2016.

TEUBNER, Gunther. A Constitutional Moment? The Logics of ‘Hitting the Bottom’. In: KJAER, Poul F; TEUBNER, Gunther; FEBBRAJO, Alberto (eds.). **The Financial Crisis in Constitutional Perspective: The Dark Side of Functional Differentiation**. Oxford: Hart, 2011.

TEUBNER, Gunther. As duas faces de Janus: pluralismo jurídico na sociedade pós-moderna. Tradução Brunela Vieira de Vincenzi. In: TEUBNER, Gunther. **Direito, sistema e policontextualidade**. Piracicaba: Editora Unimep, 2005.

TEUBNER, Gunther. **Constitutional Fragments: Societal Constitutionalism and Globalization**. Translated by Gareth Norbury. Oxford: Oxford University Press, 2012.

TEUBNER, Gunther. Foreword: Legal Regimes of Global Non-state Actors. In: TEUBNER, Gunther (Ed.). **Global Law Without a State**. Aldershot: Dartmouth, 1997.

TEUBNER, Gunther. Intersections between Economic Sociology and Law: Interview with Gunther Teubner. **Economic Sociology: The European Electronic Newsletter**, v. 10, n. 3, 2009.

TEUBNER, Gunther. Societal Constitutionalism: Nine Variations on a Theme by David Sciulli. In: BLOKKER, Paul; THORNHILL, Chris. **Sociological Constitutionalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

TEUBNER, Gunther. Substantive & reflexive elements in modern law. **Law & Society Review**, v. 17, n. 2, 1983.

TEUBNER, Gunther. The Anonymous Matrix: Human Rights Violations by 'Private' Transnational Actors. **Modern Law Review**, v. 69, n. 3, p. 327-346, 2006.

TEUBNER, Gunther. The Transformation of Law in the Welfare State. In: TEUBNER, Gunther (Ed.). **Dilemmas of Law in the Welfare State**. Berlin; New York: de Gruyter, 1986.

THEODORSON, George A.; THEODORSON, Achilles G. Tension. In: THEODORSON, George A.; THEODORSON, Achilles G. **A Modern Dictionary of Sociology**. London: Methuen, 1970.

THORNHILL, Chris. **The sociology of law and the global transformation of democracy**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2018.

TRUBEK, David M.; COUTINHO, Diogo R.; SCHAPIRO, Mario G. Toward a New Law and Development New State Activism in Brazil and the Challenge for Legal Institutions. **The World Bank Legal Review**, p. 281-314, Dec. 2012.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO; UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. **Autogestão & Moradia**. Disponível em: <<http://autogestao.unmp.org.br>> Acesso em: 1 jan. 2019.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO; UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. **O povo que constrói a casa é o povo que constrói a história**. Disponível em: <<http://autogestao.unmp.org.br/apresentacoes/o-povo-que-constroi-a-casa-e-o-povo-que-constroi-a-historia/>>. Acesso em: 1 jan. 2019.

UNITED NATIONS. **Draft outcome document of the United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III)**. Set. 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/Draft-Outcome-Document-of-Habitat-III-E.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

UNITED NATIONS. **Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and the right to non-discrimination in this context**. 2013. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/Issues/Housing/Pages/AnnualReports.aspx>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Alternativa de provisão habitacional no Brasil e no mundo**. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 3, set./dez., 2014.

VALENÇA, Márcio M. **The inevitable Crisis of the Brazilian Housing Finance System**. Urban Studies, v. 29, n. 1, p. 39-56, 1992.

VASCONCELOS, José Romeu de; CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. O problema habitacional no Brasil: déficit, financiamento e perspectivas. **Texto para discussão nº 410**. Brasília: Instituto de pesquisa Econômica Aplicada, 1996.

VESTENA, Carolina Alves; GONÇALVES, Guilherme Leite. Apresentação: a luta pelos direitos sociais globais. In: FISCHER-LESCANO, Andreas; MÖLLER, Kolja. **Luta pelos direitos sociais globais: o delicado seria o mais grosseiro**. Tradução Carolina Alves Vestena e Guilherme Leite Gonçalves. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

VESTING, Thomas. **Teoria do direito: uma introdução**. Tradução Gercélia B. de O. Mendes. São Paulo: Saraiva, 2015.

VILLADSEN, Kaspar. 'Polyphonic' welfare: Luhmann's systems theory applied to modern social work. **International Journal of Social Welfare**, v. 17, n. 1, p. 65-73, 2007.

VIELLECHNER, Lars. The Limits of Law (and Democracy) in the Euro Crisis: An approach from Systems Theory. **German Law Journal**, v. 17, n. 05, 2016.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Comunicação. In: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (Org.). **Dicionário da globalização**. Direito. Ciência Política. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Direito de qual sociedade? Os limites da descrição sociológica de Niklas Luhmann acerca do direito a partir da crítica antropológica. In: FEBBRAJO, Alberto; LIMA, Fernando Rister de Sousa; PUGLIESI, Márcio. **Sociologia do direito: teoria e práxis**. Curitiba: Juruá, 2015.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Teoria dos sistemas e o direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

WAIZBORT, Leopoldo. Apresentação. In: LUHMANN, Niklas. **Teoria dos sistemas na prática: vol. I, estrutura social e semântica**. Tradução Patrícia da Silva Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. As políticas urbanas e lutas pela habitação. In: BÓGUS, Lucia Maria M.; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (org.). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.

WEFFORT, Francisco Corrêa. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, Bolivar; WEFFORT, Francisco Corrêa; BENEVIDES, Maria Victoria (org.). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

WILLKE, Hemult. The autonomy of the financial system: symbolic coupling and the language of capital. In: STRULIK, Torsten; WILLKE, Helmut (eds.). **Towards a**

cognitive mode in global finance: the governance of a knowledge-based financial system. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2006.

WOLFENSOHN, James D. Foreword. In: WORLD BANK. **World Development Report 2002:** Building Institutions for Markets. New York: Oxford University Press, 2002.

WORLD BANK. **Housing:** enabling markets to work. Washington: World Bank, 1993.

WORLD BANK. **World Development Report 2002:** Building Institutions for Markets. New York: Oxford University Press, 2002.

WORLD BANK. **World development report 2009:** reshaping economic geography. Washington, DC: World Bank, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS – SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Antes do início das entrevistas, os entrevistados foram informados sobre o tema da pesquisa: o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), inclusive o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e as interfaces entre Direito e Economia nesse setor. A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) foi selecionada para as entrevistas voltadas para o setor da construção civil. Trata-se de uma associação de âmbito nacional composta pelas maiores construtoras e incorporadoras imobiliárias do país. Além disso, a união dessas empresas está ligada à criação do PMCMV. Entrevistamos tanto funcionários da ABRAINC quanto representantes de empresas associadas que participam dos comitês da associação.

a) *Informações pessoais:*

- Nome
- Idade
- Formação acadêmica

b) *Atuação na ABRAINC:*

- Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua na ABRAINC e quais as atividades já desenvolvidas na associação?
- Quais os papéis dessa associação?
- O(as) senhor(a) participa ou já participou das atividades de algum dos Comitês da ABRAINC? Pergunta complementar: Como foi ou é essa participação?
- Quais os papéis desempenhados por esses Comitês?
- Os Comitês produzem códigos, guias, diretrizes ou padronizações de melhores práticas para as empresas associadas? Pergunta complementar: Como funciona a elaboração e aplicação desses documentos?
- A ABRAINC propõe mudanças legislativas, regulatórias ou jurisprudenciais? Pergunta complementar: Como é a atuação da ABRAINC junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário?
- No Perfil Institucional da ABRAINC há uma série de conquistas elencadas, como a manutenção do Regime Especial de Tributação (RET) em 4%, o “[a]umento do limite

do SFH para R\$ 1,5 milhão (set 2016)”, o “[a]umento do limite do FGTS”. Como a ABRAINCC contribuiu para essas medidas?

- No referido Perfil Institucional também há referência há um “papel decisivo [da ABRAINCC] na formatação, viabilização e evolução do Programa [Minha Casa, Minha Vida]”. Como se deu essa atuação da ABRAINCC?

- Ainda nesse documento da ABRAINCC, na parte relativa às ações em andamento, podemos ver referências à “Campanha Todos do Mesmo Lado”, que tem o objetivo de “[m]elhorar a imagem do setor”, e ao “Combate ao Abuso no exercício da Advocacia”. Qual a importância dessas atuações da ABRAINCC e como elas ocorrem?

- Há outras associações que desempenhem uma função similar à da ABRAINCC nesse setor? Pergunta complementar: Quais os papéis desempenhados por estas outras associações?

c) Atuação no Sistema Financeiro da Habitação em geral:

- Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua no SFH e quais as atividades já desenvolvidas nessa área?

- Em sua experiência, quais as principais demandas políticas e jurídicas do setor?

- Em sua experiência, quais as principais mudanças legislativas, regulatórias ou jurisprudenciais que impactaram nas atividades desse setor?

- Em sua experiência, como funcionam as contratações das incorporadoras em programas como o Sistema Financeiro Imobiliário, o Sistema Financeiro da Habitação e o Minha Casa Minha Vida? Pergunta complementar: Qual é a interface das incorporadoras com as instituições financeiras em casa um desses programas?

- Em sua experiência, como podemos descrever o padrão das moradias desses programas em relação à qualidade da construção e ao meio ambiente? Perguntas complementares: Qual a relação desse padrão com as faixas de preços dos imóveis? Há diferenças significativas entre as faixas?

- Em sua experiência, como podemos descrever o padrão de acesso desses moradores ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos voltados para educação, saúde, cultura, esporte, lazer, transporte etc.? Perguntas complementares: Qual a relação desse padrão com as faixas de preços dos imóveis? Há diferenças significativas entre essas faixas?

- Em sua experiência, qual é e como é a participação do capital estrangeiro no setor?
Pergunta complementar: Quais os impactos dessa participação na atuação das empresas do setor?
- Em sua experiência, qual é e como é o contato das empresas do setor com os Poderes Executivo e Legislativo? Perguntas complementares: As empresas propõem mudanças legislativas e regulatórias? As empresas participam de audiências públicas?
- Em sua experiência, há necessidade de diálogos, negociações ou reuniões das empresas do setor com Movimentos Sociais, ONGs, associações de consumidores etc.? Perguntas complementares: As empresas precisam lidar com ocupações coletivas por invasão ou protestos? Isso muda algo na forma de atuação das empresas?
- Em sua experiência, as diretrizes e os estudos produzidos por organizações como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) exercem ou exerceram alguma influência específica, direta ou indiretamente, nas atividades desse setor?
- Em sua experiência, as diretrizes, compromissos e normas produzidas por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Agência Habitat e a Organização dos Estados Americanos (OEA) exercem ou exerceram alguma influência específica, direta ou indiretamente, nas atividades desse setor?
- Em sua experiência, quais são os principais estímulos e benefícios para a participação das empresas nesse setor?
- Em sua experiência, quais as principais dificuldades e desafios das empresas que atuam nesse setor?
- Como o(a) senhor(a) vê o papel da Universidade nesse contexto?
- Há algum ponto importante ainda não abordado nesta entrevista ou algum ponto já mencionado que o(a) senhor(a) gostaria de retomar?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS – MOVIMENTOS SOCIAIS

Antes do início das entrevistas, os entrevistados foram informados sobre o tema da pesquisa: o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), inclusive o Programa Minha Casa Minha Vida, e as interfaces entre Direito e Economia nesse setor. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) foram os principais movimentos sociais selecionados para as entrevistas, em razão de serem dois dos maiores movimentos de luta por moradia do país.

a) Informações pessoais:

- Nome
- Idade
- Formação acadêmica

b) Atuação no Sistema Financeiro da Habitação:

- Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua com questões relacionadas ao SFH e quais as atividades já desenvolvidas nessa área?
- Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua em movimentos de moradia e quais as atividades já desenvolvidas nesses movimentos?
- Quais os papéis desses movimentos sociais e como eles são desempenhados?
- Como funciona a advocacia no âmbito desses movimentos? Perguntas complementares: Quais as principais demandas jurídicas desses movimentos? Quais os principais canais e instrumentos jurídicos utilizados?
- Os movimentos propõem mudanças legislativas, regulatórias ou jurisprudenciais? Perguntas complementares: Como é a atuação desses movimentos junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário? Quais as principais conquistas já alcançadas pelos movimentos nessas frentes?
- Os movimentos tiveram ou têm algum papel na formatação, viabilização e evolução do Programa Minha Casa, Minha Vida?
- Como esses movimentos se relacionam com os agentes financeiros? Pergunta complementar: Há diálogos, negociações ou reuniões com esses agentes ou com associações de agentes financeiros?

- Quais as relações mantidas entre os movimentos e as construtoras e incorporadoras imobiliárias? Pergunta complementar: Há diálogos, negociações ou reuniões com sindicatos ou associações empresariais desse setor?
- Quais os principais movimentos pró moradia do país e como eles se articulam? Quais as principais demandas políticas desses movimentos?
- Em sua experiência, quais as principais mudanças legislativas, regulatórias ou jurisprudenciais que impactaram nas atividades dos movimentos e desse setor?
- Em sua experiência, como podemos descrever o padrão das moradias desses programas em relação à qualidade da construção e ao meio ambiente? Perguntas complementares: Qual a relação desse padrão com as faixas de preços dos imóveis? Há diferenças significativas?
- Em sua experiência, como podemos descrever o padrão de acesso desses moradores ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos voltados para educação, saúde, cultura, esporte, lazer, transporte etc.? Perguntas complementares: Qual a relação desse padrão com as faixas de preços dos imóveis? Há diferenças significativas?
- Em sua experiência, as diretrizes e os estudos produzidos por organizações como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) exercem ou exerceram alguma influência específica, direta ou indiretamente, nas atividades dos movimentos sociais ou na área da habitação?
- Em sua experiência, as diretrizes, compromissos e normas produzidas por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Agência Habitat e a Organização dos Estados Americanos (OEA) exercem ou exerceram alguma influência específica, direta ou indiretamente, nos movimentos sociais ou na área da habitação?
- Em sua experiência, quais são os principais estímulos e benefícios para a participação nos movimentos sociais de moradia?
- Em sua experiência, quais as principais dificuldades e desafios dos movimentos sociais de moradia?
- Como o(a) senhor(a) vê o papel da Universidade nesse contexto?
- Há algum ponto importante ainda não abordado nesta entrevista ou algum ponto já mencionado que o(a) senhor(a) gostaria de retomar?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS – SETOR FINANCEIRO

Antes do início das entrevistas, os entrevistados foram informados sobre o tema da pesquisa: o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), inclusive o Programa Minha Casa Minha Vida, e as interfaces entre Direito e Economia nesse setor. A Caixa Econômica Federal (CEF) foi o agente financeiro selecionado para as entrevistas, em razão de ser o principal responsável pelo financiamento habitacional no Brasil.

a) Informações pessoais:

- Nome
- Idade
- Formação acadêmica

b) Atuação no Sistema Financeiro da Habitação:

- Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua com questões relacionadas ao SFH e quais as atividades já desenvolvidas nessa área?
- Qual os papéis da CEF nessa área e como eles são desempenhados?
- Como funciona a advocacia nessa área da CEF? Perguntas complementares: Quais as principais demandas jurídicas nessa área? Quais os principais canais e instrumentos jurídicos utilizados?
- A CEF propõe mudanças legislativas, regulatórias ou jurisprudenciais? Como é a atuação da CEF junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário? Quais as principais conquistas já alcançadas pela CEF nessas frentes?
- Qual o papel da CEF na formatação, viabilização e evolução do Programa Minha Casa, Minha Vida?
- Como é a interlocução da CEF com movimentos sociais, associações de moradores e consumidores etc.? Há diálogos, negociações ou reuniões com esses grupos?
- Como é a interlocução da CEF com as construtoras e incorporadoras imobiliárias? Há diálogos, negociações ou reuniões com sindicatos ou associações empresariais desse setor?
- Como é a interlocução da CEF com outros agentes financeiros? Há trabalhos conjuntos com outros bancos ou com associações bancárias?

- Em sua experiência, quais as principais mudanças legislativas, regulatórias ou jurisprudenciais que impactaram as atividades da CEF na área do SFH?
- Em sua experiência, como podemos descrever o padrão das moradias desses programas em relação à qualidade da construção e ao meio ambiente? Perguntas complementares: Qual a relação desse padrão com as faixas de preços dos imóveis? Há diferenças significativas?
- Em sua experiência, como podemos descrever o padrão de acesso desses moradores ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos voltados para educação, saúde, cultura, esporte, lazer, transporte etc.? Perguntas complementares: Qual a relação desse padrão com as faixas de preços dos imóveis? Há diferenças significativas?
- Em sua experiência, as diretrizes e os estudos produzidos por organizações como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) exercem ou exerceram alguma influência específica, direta ou indiretamente, nas atividades da CEF ou na área da habitação?
- Em sua experiência, as diretrizes, compromissos e normas produzidas por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Agência Habitat e a Organização dos Estados Americanos (OEA) exercem ou exerceram alguma influência específica, direta ou indiretamente, nas atividades da CEF ou na área da habitação?
- Em sua experiência, quais são os principais estímulos e benefícios para a participação da CEF nessa área?
- Em sua experiência, quais as principais dificuldades e desafios da CEF nessa área?
- Como o(a) senhor(a) vê o papel da Universidade nesse contexto?
- Há algum ponto importante ainda não abordado nesta entrevista ou algum ponto já mencionado que o(a) senhor(a) gostaria de retomar?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE PERGUNTAS – PODER JUDICIÁRIO

Antes do início das entrevistas, os entrevistados foram informados sobre o tema da pesquisa: o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), inclusive o Programa Minha Casa Minha Vida, e as interfaces entre Direito e Economia nesse setor. A Vara Federal do Sistema Financeiro da Habitação em Curitiba foi a selecionada para as entrevistas, em razão de ser a primeira do país com especialização em ações do SFH.

a) Informações pessoais:

- Nome
- Idade
- Formação acadêmica

b) Atuação no Sistema Financeiro da Habitação:

- Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua com questões relacionadas ao SFH e quais as atividades já desenvolvidas nessa área?
- Qual os papéis assumidos pelo Poder Judiciário nessa área e como eles são desempenhados?
- Como funciona a atuação da Vara nessa área? Perguntas complementares: Quais as principais demandas jurídicas nessa área? Há demandas coletivas? Quais os principais canais e instrumentos jurídicos utilizados?
- Em sua experiência, quais as principais mudanças legislativas, regulatórias ou jurisprudenciais que impactaram as atividades da Vara?
- Há processos da Vara que envolvem movimentos sociais, associações de moradores e consumidores etc.? Em sua experiência, como costuma ser a participação desses grupos nos processos e nas audiências?
- Em sua experiência, como costuma ser a participação das construtoras e incorporadoras imobiliárias nos processos e audiências?
- Em sua experiência, como costuma ser a participação dos agentes financeiros nos processos e audiências?
- Em sua experiência, como podemos descrever o padrão das moradias desses programas em relação à qualidade da construção e ao meio ambiente? Perguntas

complementares: Qual a relação desse padrão com as faixas de preços dos imóveis? Há diferenças significativas?

- Em sua experiência, como podemos descrever o padrão de acesso desses moradores ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos voltados para educação, saúde, cultura, esporte, lazer, transporte etc.? Perguntas complementares: Qual a relação desse padrão com as faixas de preços dos imóveis? Há diferenças significativas?

- Em sua experiência, as diretrizes e os estudos produzidos por organizações como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) exercem ou exerceram alguma influência específica, direta ou indiretamente, nas atividades da Vara?

- Em sua experiência, as diretrizes, compromissos e normas produzidas por organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Agência Habitat e a Organização dos Estados Americanos (OEA) exercem ou exerceram alguma influência específica, direta ou indiretamente, nas atividades da Vara?

- Em sua experiência, quais são os principais estímulos para a participação dos juízes nessa área?

- Em sua experiência, quais as principais dificuldades e desafios dos juízes nessa área?

- Como o(a) senhor(a) vê o papel da Universidade nesse contexto?

- Há algum ponto importante ainda não abordado nesta entrevista ou algum ponto já mencionado que o(a) senhor(a) gostaria de retomar?